

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO CAMILO
Curso de Psicologia

Fernanda Galo

**A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS AFETIVOS
PARA O DESENVOLVIMENTO DE BEBÊS EM ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL**

São Paulo
2018

Fernanda Galo

**A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS AFETIVOS
PARA O DESENVOLVIMENTO DE BEBÊS EM ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Psicologia do Centro Universitário São Camilo, orientado pela Prof^a. Dr^a. Rosemeire Aparecida do Nascimento, como requisito parcial para obtenção do título em Bacharel em Psicologia.

São Paulo

2018

Galo, Fernanda

A importância da construção de vínculos afetivos para o desenvolvimento de bebês em acolhimento institucional / Fernanda Galo.

-- São Paulo: Centro Universitário São Camilo, 2018.

91 p.

Orientação de Rosemeire Aparecida do Nascimento

Trabalho de Conclusão do Curso de Psicologia
(Graduação), Centro Universitário São Camilo, 2018.

1. Análise de desenho 2. Bebês 3. Criança acolhida 4.
Educador social 5. Psicanálise I. Nascimento, Rosemeire
Aparecida do II. Centro Universitário São Camilo III. Título

CDD: 155.4

Fernanda Galo

**A IMPORTÂNCIA DA CONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS AFETIVOS
PARA O DESENVOLVIMENTO DE BEBÊS EM ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL**

São Paulo, 13 de novembro de 2018.

Professor orientador

Professor examinador

AGRADECIMENTOS

E o tão esperado Trabalho de Conclusão de Curso está pronto! Este trabalho não é só uma monografia, é o resultado de minhas implicações e empenho tidos durante o percurso da graduação. É também o encerramento de um ciclo e abertura para uma nova fase, a tão sonhada atuação profissional! Sendo assim, considero importante agradecer a todos que me auxiliaram e, de alguma forma, ajudaram na construção desta pesquisa.

Em primeiro lugar, agradeço aos mestres que acompanharam esse percurso acadêmico, os quais se tornaram pessoas em quem me espelho e admiro. Agradeço a três professoras, em especial à professora Márcia Aparecida Giuzi Mareuse, que possibilitou o contato com crianças institucionalizadas, em um estágio com vivência prática de abrigo e que despertou meu interesse nesse campo de atuação do psicólogo; à professora Rosemeire Aparecida do Nascimento que acompanhou meu interesse e construção do saber acerca dessa temática, possibilitando não só a vivência, mas o sentimento e reflexão sobre a realidade que permeia essas questões tão complexas, e agradeço também a professora Mirian Akiko Furutani de Oliveira, que sempre muito carinhosa e atenciosa, esteve presente para auxiliar durante a produção da escrita e conversar quando preciso.

Aos meus pais, Adriana e Fernando, que estiveram presentes para me apoiar nos estudos, presenciando minhas felicidades e angústias sem medir esforços. Assim, dedico meu eterno amor e gratidão, por todos os ensinamentos que me fizeram crescer! Essa conquista também é de vocês!

Ao meu namorado, Rafael, por todas as conversas e por estarmos aprendendo e crescendo juntos nessa caminhada. Agradeço por todo o amor, apoio e força para sempre prosseguir.

Aos colegas de graduação que se tornaram amigos com o passar desses cinco anos, especialmente à Mariana, que sempre esteve ao meu lado acompanhando a preocupação, empenho e compartilhando as dificuldades.

Por fim, agradeço aos participantes da pesquisa que dispuseram tempo e atenção para a realização deste trabalho.

Muito obrigada!

GALO, Fernanda. **A importância da construção de vínculos afetivos para o desenvolvimento de bebês em acolhimento institucional.** 2018. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Centro Universitário São Camilo, São Paulo, 2018.

O acolhimento institucional é uma medida excepcional e temporária prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ocorre quando há violação de direitos, perdurando até a reintegração familiar, ou na impossibilidade desta, até a colocação em família substituta. Dentre as principais razões que acarretam o acolhimento institucional estão as dificuldades financeiras dos responsáveis, abandono, violência doméstica, dependência química, situação de rua, abuso sexual e perdas dos genitores por óbito ou prisão. Embora as crianças e adolescentes tenham seus direitos assegurados quando estão em situação de acolhimento, os cuidados prestados nesses espaços não englobam todas as suas necessidades e demandas, o que pode trazer prejuízos em seus desenvolvimentos afetivos-relacionais. Em caso de acolhimento institucional na primeira infância, a psicanálise aponta que a privação materna nos primeiros anos de vida possui efeito nocivo para a criança. Para o desenvolvimento infantil saudável é esperado a formação de vínculo afetivo materno-infantil e ofertas de cuidados satisfatórios. Essa vinculação é considerada primordial para a base do desenvolvimento da personalidade, da saúde mental e das relações futuras que a criança estabelecerá com o meio social. No acolhimento institucional o bebê é cuidado por educadoras sociais. Neste contexto, é importante a compreensão dos fatores que permeiam a atuação das educadoras sociais, como a formação de vínculos, as dificuldades de lidar com limites da atuação profissional e o exercício da maternagem. Também é importante considerar que nos abrigos há alta rotatividade de funcionários e elevado número de crianças acolhidas para poucos profissionais, o que conseqüentemente implica na qualidade dos cuidados ofertados aos bebês. Analisar os fatores relacionados ao desenvolvimento infantil desses bebês, mostra relevância científica e social, pois há poucos estudos voltados para essa temática. O presente estudo refere-se a uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, que apontou como se dá a formação e estabelecimento de vínculos entre educadoras sociais e bebês abrigados. Utilizou-se para tanto o procedimento de Desenho-Estória com Tema, aplicado em nove profissionais que atuam diretamente com os bebês. Os dados coletados e analisados, a partir do referencial psicanalítico, mostraram o sofrimento das educadoras frente ao processo de vinculação e desvinculação, o qual afeta a qualidade de cuidados ofertados aos bebês. Há o sentimento de não reconhecimento pelas atividades que desempenham, e também uma vinculação com crianças específicas, embora tenham a percepção sobre a necessidade de dar à criança um lugar subjetivo, ofertando não só cuidados higienistas, mas afeto. Observou-se ainda, no imaginário das educadoras e outros profissionais, que o abrigo não é o melhor para bebês, que eles devem ser cuidados por famílias substitutas. O trabalho possibilitou maior compreensão dos sentimentos que permeiam a relação entre as educadoras sociais envolvidas e os bebês acolhidos, reiterando aspectos apontados na literatura.

Palavras-chave: Análise de desenho. Bebês. Criança acolhida. Educador social. Psicanálise.

GALO, Fernanda. **The importance of building affective bonds for the development of infants in institutional care.** 2018. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Centro Universitário São Camilo, São Paulo, 2018.

Institutional reception is an exceptional and temporary measure provided for the Child and Adolescent Statute (ECA). It occurs when there is violation of rights, going until the family reintegration, or in the impossibility of this, until the placement in a substitute family. Among the main reasons for the institutional reception, there are the financial difficulties of those responsible, the abandonment, the domestic violence, the chemical dependency, the street situation, sexual abuse and losses of parents by death or imprisonment. Although children and adolescents have their rights guaranteed when they are in the host situation, the care provided in these spaces does not encompass all their needs and demands, which can harm their affective-relational development. In the case of institutional reception in early childhood, psychoanalysis points out that maternal deprivation in the first years of life has a harmful effect on the child. For healthy child development, it is expected the formation of maternal-child affective bond and satisfactory care offerings. This link is considered to be the primary basis for the development of personality, mental health, and future relationships that the child will establish with the social environment. In institutional care, the baby is cared for social educators. In this context, it is important to understand the factors that permeate the performance of social educators, such as the formation of links, the difficulties of dealing with limits of professional performances and the exercise of maternity. It is also important to consider that, in the shelters, there is a high change of employees and a high number of children welcomed by few professionals, which, consequently, implies in the quality of the care offered to the babies. Analyzing the factors related to the development of these infants, we observe scientific and social relevance, since there are few studies focused on this theme. The present study refers to a qualitative research, exploratory and descriptive, which pointed out how the formation and establishment of links between social educators and sheltered babies occur. We used the procedure of Drawing-Story with Theme, applied to nine professionals who worked directly with the babies. The data collected and analyzed, based on the psychoanalytical framework, showed the suffering of the educators in the process of bonding and disengagement, which affects the quality of care offered to the babies. There is a sense of non-recognition for the activities they perform, and also a connection with specific children, although they have a perception about the need to give the child a subjective place, offering, not only hygienic care, but affection. It has also been observed in the minds of educators and other professionals that shelter is not the best for babies. They should be cared by substitute families. The work allowed a greater understanding of the feelings that permeate the relationship between social educators involved, and the welcomed babies, reiterating aspects pointed out in the literature.

Keywords: Drawing analysis. Babies. Child welcomed. Social educators. Psychoanalysis.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Ela achava que eu era sua mãe.....	40
FIGURA 2 - A Doutora que veio para mudar!.....	44
FIGURA 3 - A superação de Brendo	47
FIGURA 4 - Só podemos dar aquilo que recebemos.....	51
FIGURA 5 - A importância dos cuidados para o desenvolvimento infantil.....	54
FIGURA 6 - Vitor, Vitorioso!.....	59
FIGURA 7 - Esperança – A saída do abrigo e a possibilidade de de uma nova história.....	63
FIGURA 8 - Não há dinheiro que pague ver o desenvolvimento dos bebês.....	67
FIGURA 9 - Ele sofreu, e eu sofri junto.....	71

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. OBJETIVOS.....	13
2.1. Geral:.....	13
2.2. Específico:.....	13
3. MATERIAIS E MÉTODOS.....	14
3.1. Tipo de pesquisa.....	14
3.2. Amostra.....	14
3.3. Local.....	15
3.4. Descrição dos sujeitos de pesquisa.....	15
3.5. Instrumentos.....	16
3.6. Procedimentos.....	17
3.7. Análise dos dados.....	17
4. DESENVOLVIMENTO.....	19
4.1. Alguns aspectos históricos e legais acerca do acolhimento institucional 19	
4.2. Acolhimento Institucional de bebês: questões relativas ao estabelecimento de vínculos.....	23
4.3. Primeira Infância.....	26
4.4. A ausência dos cuidados maternos e os possíveis danos no desenvolvimento infantil.....	33
5. RESULTADOS.....	39
5.1. Unidades de Desenho-Estória com Tema (D-E- com Tema) aplicados e a análises:.....	39
5.2. Discussão dos principais aspectos.....	75
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS.....	84
APÊNDICE A.....	90

1. INTRODUÇÃO

Segundo os Dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (2008), o Brasil possui a maior população infantil com até 6 anos de idade das Américas, o que representa 11% da população brasileira. A maioria das crianças brasileiras encontram-se em situação de pobreza, que vem acompanhada de outros fatores de risco.

A realidade brasileira de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade ainda é um desafio a ser enfrentado pela sociedade. Observam-se altas taxas de abandono e exploração do trabalho infantil, maus-tratos, violência física, sexual e psicológica. O acolhimento institucional, muitas vezes, torna-se necessário diante da situação de violação de direitos que a criança vivência.

Os principais motivos que levam as crianças e adolescentes aos abrigos são: dificuldades financeiras dos pais ou cuidadores, abandono pelos pais, violência doméstica, dependência química por parte dos responsáveis, viver em situação de rua, perder os responsáveis por morte ou por prisão e abuso sexual (SILVA, 2005; POLEY, 2014).

O acolhimento institucional, medida prevista no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990) tem caráter de excepcionalidade e temporalidade, devendo perdurar até que seja viabilizada a reintegração familiar ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta.

Conforme o levantamento realizado pelo Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA), em 2018, foram inspecionadas um total de 4.425 entidades de acolhimento no Brasil, com 47.943 crianças e adolescentes acolhidos. Em São Paulo, há 1.004 instituições entre abrigos e casas lares, e 13.671 crianças e adolescentes institucionalizados. Quanto ao tempo de institucionalização, conforme previsto no ECA – Art. 19, e pela Nova Lei de Adoção (2009), a criança não deverá estar mais que dois anos acolhida, exceto quando há uma determinação judicial de permanência (FERREIRA et al. 2017).

Nas entidades acolhedoras as crianças e adolescentes são cuidadas por educadores sociais e por equipe técnica que normalmente é composta por psicólogo e assistente social. Contudo, no dia a dia, é o educador social, que

mantém o contato direto com os infantes e jovens afastados do seio familiar biológico. É esperado que os educadores sociais não atribuam às crianças e adolescentes institucionalizados o lugar de vítima, mas promovam meios de desenvolver a autonomia, e que os auxiliem no enfrentamentos de questões que surjam dentro dos abrigos de modo que as crianças sejam capazes de superar os conflitos que enfrentam (GARCIA, 2009).

Lopes et al. (2016), aponta que o acolhimento institucional é interpretado, muitas vezes, pelos educadores como "um ato de desamor e desumanidade por parte das mães dos acolhidos" (p.227). Tal concepção perpassará o relacionamento do educador social com o educando, atribuindo a este um determinado lugar, contribuindo para sua exclusão social e crença no abandono e desamor materno.

A família está entre as primeiras instituições responsáveis pela socialização do ser humano e o ambiente familiar é um dos principais fatores para o desenvolvimento de atividades cognitivas e não cognitivas das crianças. Crianças que crescem em ambientes saudáveis tendem a ter um desenvolvimento pleno das suas capacidades (POLEY, 2014).

Então, se por um lado as famílias têm centralidade na vida das pessoas, por outro, as desigualdades sociais que marcam a sociedade brasileira acabam por excluir parte das crianças e dos adolescentes da convivência familiar. Usufruir do potencial afetivo e de proteção que a rede familiar tende a oferecer vincula-se, de modo estreito, aos contextos socioculturais em que as famílias vivem, às redes de pertencimento e ao desenvolvimento de políticas públicas consistentes para esses mesmos contextos (SARTI, 2003, *apud* FÁVERO; VITALE; BATISTA, 2008).

Embora o acolhimento institucional seja medida de proteção integral e garantia de direitos, e por vezes as atividades desenvolvidas nas unidades acolhedoras não englobe as necessidades básicas de todos os institucionalizados e, Santana & Koller (2004, *apud* HECHT; FABRÍCIO, 2009) colocam a necessidade de se repensar no abrigo como um ambiente que possibilite a construção de referenciais identificatórios positivos, a partir da concepção de sujeito.

Quando o acolhimento se dá na primeira infância, além dos aspectos apontados acima, há especificidades de cuidados próprios desta fase do

desenvolvimento. Bowlby (1969), entende que o desenvolvimento saudável da criança terá como um dos elementos principais a vinculação afetiva e cuidados recebidos da mãe, ou de quem exerce a função materna, sendo ainda influenciado por estímulos ambientais.

Para Bowlby (1995), os cuidados substitutos podem ser uma maneira de tentar diminuir os danos causados pela privação da relação com os pais das crianças institucionalizadas. Contudo, os cuidados ofertados pelas entidades acolhedoras podem não ser totalmente adequados, em razão das especificidades do funcionamento destes serviços e das relações que os educadores sociais estabelecem com as crianças e adolescentes acolhidos (HECHT; FABRÍCIO, 2009).

Quando o acolhimento se dá em tenra idade, os educadores sociais se veem diante da fragilidade total que o bebê lhes impõem, pois não tem autonomia e necessita de atenção integral de seus cuidadores. A relação que se estabelecerá entre a mãe e o bebê, ou entre o bebê e quem exercerá a função materna nos primeiros meses da criança, assegurará sua sobrevivência e contribuirá para o seu desenvolvimento orgânico e psíquico (SPITZ, 1979). Como ressalta Nogueira (2011, *apud* Lopes et al., 2016, p. 227), "o impacto do ideal de maternidade sobre o acolhimento é mais presente quando tratamos de bebês, pela situação de maior desamparo em que os mesmos encontram-se por seu momento evolutivo".

O recém-nascido não diferencia o que é o corpo do outro e o seu próprio corpo, mas sabe que o seio materno satisfaz suas necessidades. Dessa forma, é possível dizer que o mundo exterior é inexistente nesta fase da infância e se constitui no decorrer do desenvolvimento (SPITZ, 1979).

No primeiro ano de vida, o bebê formará e elaborará instrumentos que lhe permitirá sua adaptação ao mundo que o rodeia, se tornando progressivamente mais independente do ambiente, havendo a maturação e desdobramentos das funções filogenéticas inatas. Então, serão as primeiras relações objetais que permitirão à criança desenvolver-se como ser social e lhes servirão de modelo para as demais relações ao longo de seu crescimento e inserção em outros ambientes da sociedade (SPITZ, 1979).

Na institucionalização o contato materno é perdido ou prejudicado. Spitz (1958) observou que os bebês institucionalizados recebem cuidados básicos e

não afeto, o que pode desencadear “dificuldades no seu desenvolvimento físico, complicações de padrão de sono, alimentação e dificuldades no desenvolvimento da interação social” (SPITZ, p. 52).

As autoras Moura e Amorim (2013) realizaram um levantamento sobre estudos que abordam a temática de bebês institucionalizados e constataram que pouco se fala em abrigos. Sendo assim, é importante que haja produção de conhecimento acerca da temática. O presente trabalho visa observar como se dá o estabelecimento de vínculos entre educadoras sociais e bebês em situação de acolhimento institucional. Trata-se de um recorte pontual do projeto de pesquisa “Avaliação de fatores de risco para desenvolvimento cognitivo e afetivo e intervenção precoce em bebês de 0 a 2 anos em situação de acolhimento”, número 95842818.2.0000.0062, parecer 2.843.363.

2. OBJETIVOS

2.1. Geral:

O presente trabalho visou estudar o tipo de vínculo estabelecido entre educadoras sociais e bebês de 0 a 2 anos em acolhimento institucional.

2.2. Específico:

Compreender o lugar que o bebê acolhido ocupa no imaginário (fantasias, expectativas) das educadoras sociais.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

3.1. Tipo de pesquisa

O trabalho em questão foi um recorte da pesquisa “Avaliação de fatores de risco para desenvolvimento cognitivo e afetivo e intervenção precoce em bebês de 0 à 2 anos em situação de acolhimento”, que foi submetida e aprovada pelos Comitês de Ética do Centro Universitário São Camilo: Comitê de Pesquisa (CPq) Centro Universitário São Camilo-SP Parecer PQ.66 /2018; e Parecer Consubstanciado do CEP CAAEE 95842818.2.0000.0062, parecer número 2.843.363.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório e descritivo.

A abordagem qualitativa é aquela que busca possíveis significados das ações humanas, as quais podem ser perceptíveis quando olhadas para além de médias e estatísticas (MINAYO, 2001).

A pesquisa exploratória e a pesquisa descritiva buscam obter informações sobre o objeto de estudo por meio de observação e registro e orientar quanto à formulação de hipóteses sobre o fenômeno, analisando os conteúdos (CERVO; SILVA, 2006).

3.2. Amostra

A amostra foi constituída por oito educadoras sociais e uma responsável pela limpeza e organização da casa que atuam no abrigo e possuem contato direto com os bebês.

Deve-se ressaltar que número de participantes previsto no estudo “Avaliação de fatores de risco para desenvolvimento cognitivo e afetivo e intervenção precoce em bebês de 0 a 2 anos em situação de acolhimento” é superior a amostra analisada neste trabalho pelo fato do projeto ainda estar em andamento e da delimitação do tempo para a apresentação do presente trabalho de conclusão.

3.3. Local

A pesquisa foi realizada em um abrigo localizado da zona Sul de São Paulo, referência em acolhimento de bebês entre 0 e 2 anos de idade e que tem capacidade para acolher até 20 bebês.

Para os cuidados dos bebês, a instituição conta com um quadro de um gerente, 18 educadoras sociais, uma assistente social e uma psicóloga, além de funcionários de limpeza e de cozinha. As educadoras sociais trabalham oito horas diárias e se revezam em três turnos: manhã (das 06h00min as 14h00min), tarde (das 14h00min as 22h00min) e noite (das 22h00min as 06h00min).

O abrigo possui um espaço físico de três quartos com berços para os bebês, um espaço interno de convivência onde ficam os brinquedos e televisão, um banheiro interno e uma cozinha e refeitório. Na área externa, encontra-se brinquedos maiores (balança, escorregador, piscina de bolinhas, casinha, entre outros), banheiro e lavanderia.

A instituição proponente foi o Centro Universitário São Camilo, departamento de Psicologia.

3.4. Descrição dos sujeitos de pesquisa

A amostra foi constituída por oito educadoras sociais e uma responsável pela limpeza e organização da casa. Das participantes, uma possui menos de 20 anos, quatro possuem entre 20 e 30 anos e quatro possuem entre 40 e 50 anos. Seis das participantes possuem filhos, três não são mães e uma manifestou desejo de engravidar. Todas possuem ensino médio completo, nenhuma tem graduação, como mostra na tabela 1.

Tabela 1: Descrição das participantes da pesquisa.

Participante	Idade	Função	Mãe	Relacionamento
1	26 anos	Educadora social	Não	Solteira
2	30 anos	Responsável pela limpeza	Não	Solteira
3	19 anos	Educadora social	Sim	Casada
4	37 anos	Educadora social	Sim	Casada
5	37 anos	Educadora social	Sim	Casada
6	30 anos	Educadora social	Sim	Casada
7	24 anos	Educadora social	Não	Solteira
8	50 anos	Educadora social	Sim	Casada
9	41 anos	Educadora social	Sim	Casada

3.5. Instrumentos

Desenho Estória com Tema

Dentre os objetivos propostos do projeto de pesquisa “Avaliação de fatores de risco para desenvolvimento cognitivo e afetivo e intervenção precoce em bebês de 0 a 2 anos em situação de acolhimento” como apontado anteriormente, optou-se em estudar a relação entre os bebês e os educadores sociais (e outros profissionais que responsabilizam-se pelos cuidados dos bebês por curtos períodos), visando estudar o tipo de vínculo estabelecido entre educadoras sociais e bebês acolhidos, compreendendo o lugar que os bebês ocupam no imaginário das profissionais. Para tanto utilizou-se o procedimento Desenho-Estória com tema (D-E com tema) que possibilitou explorar a temática.

O teste projetivo Desenho-Estória com tema (D-E com tema) é uma técnica em que o examinador apresenta uma folha de papel em branco e lápis de cor para o examinado e pede que este realize um desenho com a temática proposta. Após a realização do desenho o examinando é convocado a narrar uma história a respeito do que foi desenhado, seguido de um inquérito sobre os principais pontos da dinâmica psíquica (AIELLO-VAISBERG, 1999).

É uma técnica de investigação da personalidade que permite, a partir da associação do desenho livre com as histórias produzidas pelo sujeito, acessar informações acerca de aspectos da personalidade dos entrevistados que não seriam facilmente obtidos pela entrevista psicológica (TRINCA, 1972; 2003).

Trinca (1987) refere-se à Levy (1959), o qual ressalta a potencialidade expressiva do desenho, o que permite uma elaboração de imagens e padrões, de hábitos, emoções e atitudes, de modo consciente ou não. O sujeito submetido a esse teste não percebe o que está expressando, pois são conteúdos inconscientes e, assim, estará menos defensivo, comunicando coisas que ele não tem percepção consciente (PRUDENCIATTI, 2013).

Neste estudo foi solicitado ainda que as educadoras sociais desenhassem um bebê em uma folha em branco e contassem uma estória sobre ele. Sendo assim, foi elaborado um roteiro de questões (apêndice A) para conduzir a produção das narrativas dessas participantes.

3.6. Procedimentos

Todas as educadoras sociais e outros membros da equipe do abrigo estavam cientes sobre a pesquisa que estava sendo realizada “Avaliação de fatores de risco para desenvolvimento cognitivo e afetivo e intervenção precoce em bebês de 0 a 2 anos em situação de acolhimento” e que a aplicação do Desenho-Estória com tema foi apenas uma parte dos instrumentos utilizados pelo projeto de pesquisa em questão, pois foram orientadas antecipadamente pelas coordenadoras da pesquisa e também pelo gerente da entidade acolhedora.

As participantes foram convidadas a realizar o procedimento enquanto estavam em seus horários de trabalho e algumas dispuseram o horário de almoço. Foi explicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e após a assinatura do mesmo, foi dado início à aplicação do teste projetivo.

Para a aplicação foi disponibilizado os seguintes materiais: folha sulfite branca A4, lápis preto nº4, lápis de cor, borracha e apontador.

3.7. Análise dos dados

Os dados obtidos nos desenhos-estórias com tema seguiu o proposto pela autora Aiello-Vaisberg (2001), que sugere, primeiramente a análise da amostra individualmente, buscando-se semelhanças nos elementos do desenho e da estória, não se prendendo ao grafismo do desenho, se atendo às crenças,

valores, temores, pensamentos e angústias. Posteriormente, os desenhos-estórias com tema foram agrupados, em busca de uma melhor compreensão do material e para a interpretação foram utilizados conceitos da psicanálise freudiana e lacaniana.

4. DESENVOLVIMENTO

4.1. Alguns aspectos históricos e legais acerca do acolhimento institucional

Desde o período colonial, a institucionalização e os cuidados das crianças abandonadas vêm sendo um assunto muito discutido e, vale a pena ressaltar que o poder público de acolhimento de crianças abandonadas tem sido negligenciado, o que requer a compreensão de mudanças no país relacionadas a esse contexto (MACHADO; SCOTT; SIQUEIRA, 2016).

Até o século XVIII, os principais responsáveis pelos níveis educacionais das crianças no Brasil eram os jesuítas. Nesse período, passou-se a ter instalação de colégios para retirar das ruas aquelas crianças e adolescentes que eram órfãos. A Irmandade da Misericórdia, também chamada de Santa Casa da Misericórdia, foi responsável pela criação de um desses colégios. Também surgiram instituições voltadas para o acolhimento de crianças que se encontravam nessa situação (PATIAS; SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2015).

Já no século XIX, houve a criação da chamada Rodas dos Expostos, que permitia a colocação da criança dentro de um cilindro giratório pelo lado externo da instituição, de modo que a pessoa que fazia o ato não fosse vista, e pudesse deixar a criança de forma anônima. O objetivo de tal dispositivo era evitar o abandono de bebês pelas ruas ou portas de igrejas. As crianças que então eram institucionalizadas recebiam os cuidados por amas de leite. Além disso, nesse contexto havia um alto índice de mortalidade infantil (PATIAS; SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2015).

No Brasil, por volta de 1900 a institucionalização de crianças e adolescentes já estava enraizada, e na transição do século XIX para o século XX a retirada de crianças e adolescentes de seu seio familiar era baseada em contextos de pobreza em decorrência da grande vulnerabilidade social da época, o que resultou em uma concepção errônea acerca do acolhimento institucional (OLIVEIRA; BARROS, 2016).

As primeiras leis que surgiram no Brasil quanto à proteção da infância e adolescência objetivavam a promoção de paz e educação social. O Código de Menores criado em 1927 visava o cuidado e proteção aos menores de 18 anos de idade que estivessem em situação de conflito com a lei. Sendo assim, a

criança era vista pelo Estado como passível de intervenção pública, tendo o direito de fazer mediações nos contextos familiares, até mesmo retirar a guarda da família caso considerassem preciso (OLIVEIRA; BARROS, 2016).

Com isso, é possível observar que a infância e a adolescência eram vistas com preocupações estigmatizadas acerca do alto índice de criminalidade nessas fases do desenvolvimento humano. Nesse período, a partir dos nove anos de idade, as crianças já eram inseridas precocemente no mercado de trabalho, como fábricas e oficinas, afim de garantir a própria sobrevivência, e de sua família (PATIAS; SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2015).

O Código de Menores não tinha em vista os interesses da juventude, pelo contrário, os restringia e era sempre voltado aos filhos daqueles pertencentes à famílias menos favorecidas financeiramente, ou seja, que viviam em situação de pobreza, que eram considerados “marginais”, ou que apresentavam risco ou ameaça moral para a sociedade, portanto, jovens em conflito com a lei eram acolhidos em abrigos, antes chamados de “Internato do Pobre” (PATIAS; SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2015).

No regime ditatorial, entre 1964 e 1985, houve a regulamentação de uma política de atendimento à infância e adolescência, a qual foi chamada de Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBM). Em 1º de dezembro 1964, foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), órgão normativo que tem a finalidade de criar e implementar a "política nacional de bem-estar do menor", através da elaboração de "diretrizes políticas e técnicas". Na Constituição Federal de 1979, foi criado o Código de Menores, Lei nº. 6.697 de 10 de outubro. De acordo com os princípios regidos por este Código, a vivência em contextos pobres era tida como doença. A proteção às crianças e adolescentes só ocorria em situações em que houvesse risco ou “doença social” (FALEIROS & FALEIROS, 2008, *apud* PATIAS; SIQUEIRA; DELL'AGLIO, 2015).

Em 1985, após termino do Regime Militar, observavam-se muitas denúncias em relação a comportamentos e atitudes negligentes sofridas pelas crianças e adolescentes, que não eram tidas como sujeitos de direitos no Código de Menores.

A nova Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, permitiu que os direitos fossem instaurados, tendo como premissa a redemocratização do país.

A Constituição de 1988 e a elaboração do Estatuto da Criança e do adolescente (ECA, 1990) preconizaram a superação do enfoque assistencialista adotado em serviços e práticas voltadas para a infância e adolescência (SILVA; AQUINO, 2005). Assim, atualmente são privilegiados modelos de ação visando à emancipação desses jovens, a partir da noção de cidadania, que se refere à formação de sujeitos que possuem direitos e deveres.

Conforme apontado por Oliveira e Barros (2016), as discussões acerca do ECA iniciaram antes mesmo de sua promulgação, ou seja, na década de 1980, época em que passou a existir a nomenclatura “abrigo”.

Antes do ECA, os abrigos eram considerados instituições que tinham como objetivo “[...] separar do poder público aquilo que provocava desordem social e ia contra a dignidade humana. Nesse caso o abandono e maus tratos de crianças” (DIAS; SILVA, 2012, p. 180). A partir do novo Estatuto, passou-se pensar na casa de acolhimento como uma medida excepcional, voltado para a proteção da criança e adolescente, trabalhando e buscando a reinserção familiar biológica ou substituta, atuando frente aos princípios de integralidade de cuidados e reconhecimento de que a infância e a adolescência são fases do desenvolvimento humano, não sendo adequado julgá-las como um adulto.

Marcílio (1997), aponta que a promulgação do ECA trouxe também importantes mudanças no contexto da adoção. A partir de 1990 passou-se a ter uma visão mais humanista onde as mudanças acarretadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e a Nova Constituição Federal (1988) propuseram um maior enfrentamento às questões referentes à infância. Sendo assim, a adoção pode ser considerada um processo que se revela como um dos mais importantes na área da infância e juventude, pois é a partir disso que crianças e adolescentes são colocados em lar substituto (SERAFIM, 2014 *apud* FERREIRA et al., 2017).

Considerando que a adoção é uma relação estabelecida com uma outra pessoa que não se tem parentesco cosanguíneo, antes da implementação do ECA, os filhos adotivos possuíam menos direitos que os filhos biológicos, porém, de acordo com o Estatuto, os direitos devem ser iguais (PEREIRA; AZAMBUJA, 2015).

Como uma tentativa de diminuir os abandonos dos filhos em espaços inadequados, expondo a riscos de vida, o ECA, em seu artigo 8, assegura que

gestantes falem a respeito do interesse em entregar o filho para adoção, e assegura também o direito de assistência psicológica desde o pré-natal (FERREIRA et al., 2017).

Com o objetivo de garantir segurança de sobrevivência, autonomia, acolhimento, convívio ou vivência familiar, em 2004 foi criada a Política Nacional de Assistências Social, que também propõem Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (PNAS, 2004).

Os planos atuais de políticas para a criança e adolescente procuram fortalecer o paradigma da proteção integral, no qual se busca garantir os vínculos familiares e comunitários.

Quanto à Proteção Social Básica, pode-se dizer que possui um caráter de prevenir quadros de riscos sendo executada diretamente pelos CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e indiretamente por instituições que fazem parte da rede. Já a Proteção Social Especial possui caráter protetivo e destina-se a atendimentos de população em situação de vulnerabilidade social (PNAS, 2004).

Na intenção de assegurar políticas públicas voltadas à infância e a adolescência, em 2006 observou-se a elaboração, a implantação e a execução do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (PNPCFC), que teve como proposta principal romper os preconceitos que permeavam a institucionalização de crianças e adolescentes, objetivando o cuidado dos vínculos familiares e comunitários, os quais fazem parte e é também de responsabilidade de políticas públicas.

Em 2009, o Conselho Nacional de Assistência Social descreve e normatiza os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes nas modalidades de Casa de Acolhimento, Casa-Lar, República e Família Acolhedora. Também, no mesmo ano, visando a rapidez dos processos de adoção, é aprovada a lei nº 12.010, nomeada de “Nova Lei de Adoção”, a qual prevê que crianças e adolescentes passem menos tempo no abrigo, visto que o acolhimento institucional é uma medida de caráter provisório (FERREIRA, et al., 2017).

4.2. Acolhimento Institucional de bebês: questões relativas ao estabelecimento de vínculos

O acolhimento institucional deve ser compreendido como uma medida provisória e excepcional, e como uma via transitória para reintegração familiar ou colocação em família substituta na impossibilidade de permanecer no seio biológico. Nos serviços de acolhimento, a formação e estabelecimento de vínculos com crianças e adolescentes institucionalizados é um ponto central para o exercício profissional de educadores sociais (BRASIL, 2009).

Assim, o acolhimento institucional deve ser entendido como um espaço de vivência alternativa em situações de abandono, impossibilidade de a criança permanecer convivendo com a família biológica que não pode exercer funções que dizem respeito ao cuidado e proteção naquele momento (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS, 2008).

Quando a guarda é retirada de uma família e a criança é encaminhada para um abrigo, é o educador social que terá contato direto com essa criança, além de ser o adulto mais próximo dela. Nesse sentido, é importante pensar sobre a função que os educadores exercem frente às crianças que se encontram institucionalizadas (AVOGLIA; SILVA; MATTOS, 2012).

Considerando que a base para um desenvolvimento saudável da criança deve ser consolidada desde as primeiras semanas de vida no contato entre a mãe (ou representante de tal função) e o bebê, o acolhimento institucional poderá implicar negativamente nesse processo de desenvolvimento (AVOGLIA; SILVA; MATTOS, 2012). Como aponta Szejer (1994), quando institucionalizado, o bebê é privado ou não possui os cuidados maternos e essa situação pode acarretar em sofrimento no corpo e na mente, na ordem do simbólico ou do real, podendo também ser expresso por meio de sintomas.

A relação estabelecida entre o cuidador e o bebê é fundamental para que se tenha um desenvolvimento saudável, dessa forma, é importante que os cuidados sejam feitos de maneira particularizada, levando em consideração que cada sujeito possui sua singularidade e, no ambiente institucional, há dificuldades que permeiam essa relação. Além disso, é preciso compreender que o desenvolvimento é individual, portanto, é arriscado comparar uma criança a outra sem levar em consideração suas histórias e experiências. Sendo assim,

é possível dizer que os educadores sociais precisam de formação, de supervisão e um espaço para também serem cuidados (INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA, 2011).

Os educadores sociais, por vezes, enfrentam dificuldades frente aos cuidados com as crianças, pois pode haver confusão de papéis em que a educadora social se sente mãe. Nesse sentido é importante que as profissionais entendam que elas não são as mães das crianças institucionalizadas e para isso é aconselhável que recebam formação para separar as vivências profissionais das pessoais (OLIVEIRA, 2014).

Teixeira e Villachan-Lyra (2014, p.207) apontaram em seu estudo que as educadoras sociais, também chamadas de mães sociais, mostram dificuldade para elaborar os limites do exercício profissional com o exercício da maternagem, não sabendo separar “onde termina seu desejo materno para começar o exercício de uma atividade profissional”.

A vinculação entre educadoras sociais e crianças institucionalizadas pode ser considerada uma relação de apego que, por vezes, se equipara aos vínculos de pais e filhos, e nesse sentido pode ser que as profissionais que atuam nesse contexto queiram manter a união com a criança, por meio da adoção. Mas é importante ressaltar que a adoção independe do querer das educadoras, o que, muitas vezes, corrobora para o sofrimento e frustração destas (GABATZ, 2016).

Embora seja importante e necessário o processo de formação de vínculos afetivos, as educadoras sociais não podem apropriar-se das crianças que cuidam na intenção de ocupar um lugar como ente familiar. Essa não é uma atuação fácil e deve-se tomar cuidado para não se sentirem mães daqueles que estão institucionalizados (TEIXEIRA; VILLACHAN-LYRA, 2014).

Em relação às crianças acolhidas, a alta rotatividade de funcionários nos serviços de acolhimento acaba gerando novas rupturas nos laços que estabelecem com os cuidadores, dificultando a vivência em um ambiente seguro que permita nova vinculação, pois as crianças podem apresentar medo constante de passar novamente por processos de perdas. Nesse sentido o abrigo limita as chances de que seja estabelecida uma convivência íntima e mais afetuosa (HECHT; FABRÍCIO, 2009).

Por outro lado, de acordo com Gabatz (2016), as educadoras sociais, por vezes, acreditam que as crianças institucionalizadas possuem dificuldades em

manter relações estáveis e duradouras. Entretanto devem compreender que há também uma alta rotatividade de bebês que passam pelo acolhimento institucional. Nesse sentido, quando as crianças deixam de ser institucionalizadas, as educadoras passam por um processo de adaptação, visto que a ausência da criança que foi adotada pode remeter ao sentimento de vazio (GABATZ, 2016).

A institucionalização de longa permanência, segundo Bowlby (2009), favorece o apego transitório com diversas educadoras, mas com o tempo, a criança passa a não se apegar a mais ninguém e, nesse sentido, é possível observar abalos ocasionados pelas perdas e rupturas de vínculos com àquelas que exercem a função de cuidados maternos substitutos.

Gabatz (2016) aponta para outra questão importante na vinculação da educadora social com as crianças sob seus cuidados. Ressalta que educadoras sociais que estabelecem maiores e mais profundos vínculos afetivos com determinada criança, pode ter complicações na atuação frente aos cuidados com as outras crianças, visto que há troca dos turnos, havendo uma quebra vincular ao final de cada período e sempre ocorrer uma separação nos cuidados, não existindo uma rotina contínua de cuidados.

Nesse sentido, Peiter (2013, p. 51, *apud* Gabatz, 2016), menciona que “o contato com diferentes cuidadores e a vivência de descontinuidades de vínculos e separações não elaboradas” podem ser mais complexas, ou seja, a criança terá diversas experiências de vinculação e ruptura com pessoas que estiverem ao seu redor, e isso pode ser compreendido como processos de luto.

Outro aspecto relevante a ser considerado é o sentimento que educadoras sociais podem desenvolver no seu exercício profissional que, muitas vezes, não é reconhecido e valorizado, o que as leva sentir-se como pessoas descartáveis, sem importância para o desenvolvimento das crianças em um período tão importante, como a primeira infância. Além disso, quando alguma criança sai da instituição, o processo vincular costuma se romper por uma decisão da família substituta, por exemplo, e a educadora passa a não mais fazer parte da vida daquela criança por quem nutria afeto (GABATZ, 2016).

4.3. Primeira Infância

A função materna é essencial para a organização psíquica da criança e sua constituição como sujeito. Pode-se dizer que é a partir da organização psicológica desenvolvida do relacionamento com a mãe, ou com a sua cuidadora, que a criança conquista a capacidade de se relacionar com os demais seres humanos (COPPOLILLO, 1990), ou seja, as conquistas das crianças são dependentes das experiências vivenciadas na relação com um adulto.

O processo de vinculação mãe e bebê inicia-se antes mesmo da gravidez, em que a mãe imagina o filho em sua fantasia, o que permite entrar em contato com o mesmo. Como apontado por Lopes et al. (2017) o amor materno é uma expressão de afeto direta e tem como principal aspecto a ternura e toda a agressão e sensualidade encontradas na personalidade da mulher como forma de direcionar os cuidados maternos.

O ser humano não nasce com um sistema instintivo que garanta a sua sobrevivência. Seu aparelho psíquico não tem marcas que lhe possibilitem a vida sem alguém que lhe esteja afetivamente vinculado e atento às suas necessidades, alguém que lhe ofereça um lugar de pertencimento, alguém que lhe atribua um lugar em seu desejo (LACAN, 1998a).

Compreende-se que na primeira fase da vida o desenvolvimento neurofisiológico é precoce, o bebê não tem a percepção íntegra do seu corpo e não encontra diferenças entre o seu corpo e o da mãe (TEIXEIRA; VILLACHAN-LYRA, 2014), sendo a mãe uma figura primordial do desenvolvimento psicológico infantil.

Chama atenção os comportamentos que podem ser observados entre a mãe e seu bebê, como a forma que se comunicam. A comunicação entre a díade são mais corporais do que verbais, e como mencionado por Rappaport, Fiori e Herzberg (2003, p.10), a mãe balbucia para falar com o filho, e esse ato pode ser visto como uma forma de infantilização, processo que tecnicamente é considerado regressão, que tem como finalidade a compreensão e atendimentos às necessidades que o bebê demanda.

Rappaport, Fiori e Herzeberg (2003), apontam que é preciso considerar

que a regressão da mãe vivida nesse momento irá remeter aos modelos e referências afetivas que foram vividas com a própria mãe, ou seja, haverá atualização de conflitos na relação que irá estabelecer com o filho, e todos esses processos serão inconscientes. ainda que a regressão também engloba um processo identificatório que faz com que o bebê se sinta como uma extensão do corpo materno e quando há privação ou esse contato não acontece, a criança poderá ter dificuldades em estabelecer vínculos no decorrer de seu desenvolvimento.

Winnicott (1990) apontou que, inicialmente, os bebês apresentam uma dependência absoluta de sua mãe ou quem exerça seu cuidado, ou seja, há necessidade da presença de um adulto que possibilite o desenvolvimento. Englobado nesse processo, o ambiente também possui grande importância, sendo esse o espaço em que o adulto terá um papel de facilitador para prover as necessidades do bebê.

Ao final da primeira semana de vida, o bebê já responde a estímulos e, ao oitavo dia, já é capaz de virar a cabeça em direção ao seio quando colocado no colo. Até o início do segundo mês o bebê só reconhece os sinais de alimento quando está com fome e para que comece a reconhecer o seio como fonte de satisfação das suas necessidades alimentícias é preciso estar com fome e não ter nenhuma alteração em seu aparelho proprioceptivo. Sendo assim, quando o desprazer surge, deve ser eliminado por meio de descargas (vocais, motoras, etc.), e enquanto essa tensão estiver presente, haverá o indicativo de que não está havendo percepção externa de suas necessidades (SPITZ, 2004).

Durante as seis primeiras semanas de vida, como mencionado por Spitz (2004), o bebê passará a manter em sua memória os traços presentes no rosto humano como comparecimento de uma satisfação das necessidades, como o momento de amamentação, em que o bebê olha constantemente para o rosto de quem está o alimentando.

Para a Psicanálise, a constituição psíquica diz respeito à percepção do próprio corpo como uma unidade e para que haja uma estruturação como sujeito, a criança depende de adulto, da mãe ou de quem exerça a função materna de cuidados, para nomear os acontecimentos e os seus desejos como, por exemplo, atribuir significado às ações do bebê, nomeando seu desejo por

comida e ofertar-lhe alimento, tranquilizando-o quando acredita que ele encontra-se agitado, acariciando seu corpo, como troca de afetividade importante para ela e para o bebê, fazendo de um corpo não meramente sensações como também um corpo atravessado pelo discurso materno, conseqüentemente, pela linguagem, e isso é o que propiciará o seu desenvolvimento (FARIA, 1998).

Segundo a concepção lacaniana o sujeito não pode ser considerado uma unidade, deve ser entendido a partir de uma divisão entre consciente e inconsciente, ou seja, há um sujeito consciente sobre o que diz – significado - e um sujeito que está para além do que se diz - significante (Lacan, 1964/2008a), portanto, muito se transmite pela linguagem.

Os fundadores da linguística foram Jakobson e Suassure, mas Lacan, em sua teoria, considerava também que é na linguagem que o sujeito é alienado, enquanto Suassure propunha um sujeito consciente sabendo de seus ditos. Jakobson, com influência da linguagem poética, contestava a arbitrariedade do signo (significado) e a linearidade do significante. Lacan, em sua teoria, postula que o inconsciente é organizado como linguagem e essa é a concepção central do retorno à Freud (COUTO, 2014). Nesse sentido dizer que o inconsciente é estruturado como linguagem é também dizer que no inconsciente há significantes, dentre eles, o mínimo, a palavra.

Para melhor compreender como o sujeito pode ser alienado à linguagem, vale ressaltar as considerações feitas por Lacan (1949/ 1998d) no artigo *O estádio do espelho como formados da função do eu tal como nos é revelada a experiência psicanalítica*. O autor propõe pensar em um bebê diante de um espelho, com auxílio e supervisão de um adulto, tomemos como exemplo, a figura materna. Num primeiro momento, haverá um estado de confusão entre si e o outro (figura materna) que estará no campo daquilo que é imaginário. No segundo momento, ocorrerá um processo identificatório que possibilitará que a criança entenda que o outro (a imagem) que vê refletida no espelho não é um outro real, mas uma imagem, a imagem de si. E por fim, o terceiro momento, é a fase em que há um reconhecimento e compreensão de que o reflexo do espelho é a imagem de si (COUTO, 2014).

No terceiro momento do estágio do espelho, portanto, há uma referência ao que foi postulado por Freud (1914/ 2004a) referente ao narcisismo primário que não deve ser entendido como uma relação que envolve única e exclusivamente o eu, visto que a identificação do reflexo com a própria imagem, implica também na imagem do outro, como apontado por Garcia-Roza (2004, p. 215) “[...] a primeira de uma série de alienações: ao procurar a si mesmo, o que o indivíduo encontra é a imagem do outro.” Portanto, se o Eu surge por meio da identificação com uma imagem de um outro, o sujeito surge no campo do Outro (COUTO, 2014).

Vale ressaltar a grafia usada na teoria lacaniana. O “outro” faz referência à mãe ou responsável pelos cuidados do bebê, já o “Outro” diz respeito ao que se refere ao campo simbólico da representação da mãe ou cuidador, e o campo desse Outro é a linguagem:

À medida que os pais introduzem a criança em seu discurso, falando dela e com ela, dando-lhe um nome, atribuindo-lhe características, eles marcam-na com seus significantes e expressam o desejo que têm por ela. É por tentar corresponder a esse lugar em que foi colocada, que a criança se aliena ao desejo do Outro (COUTO, 2014, p.76).

A troca que inicialmente se dá entre mãe e filho faz do corpo, de seus órgãos, da pele, de suas bordas que separam e religam exterior e interior, o local de uma excitação erógena que traça o mapa da sexualidade infantil. Esse mapa permite, uma imagem subjetiva do corpo que só se constitui a partir de uma troca com o Outro, estabilizando um narcisismo essencial à sobrevivência (MIELI, 2002).

Já que o sujeito se constitui via Outro, que inicialmente se faz encarnado, geralmente pela figura da mãe, ele é quem vai significar a realidade ao sujeito. O Outro pode ajudar o sujeito a encontrar significados diferentes para o que lhe ocorre, novos enlaces com a vida. Será através do manejo com os significantes emprestados do Outro que o sujeito aos poucos configurará seu posicionamento no mundo (COUTO, 2014).

A linguagem está presente todo o tempo nesse processo, tanto como campo preexistente ao próprio nascimento da criança, quanto como campo introduzido pelo Outro que fala à criança – um falar que tem aqui toda a sua

importância. A fala da mãe, ou de quem ocupa essa função, nomeará as necessidades e os desejos do bebê (MIELI, 2002). Ou seja, não se tem, inicialmente, um sistema herdado que defina todos os nossos padrões de comportamento ou que determine plenamente como devemos nos portar, enquanto seres humanos. Em geral essas inscrições são adquiridas a partir da experiência de cada um, somadas à tradução de sentido e mediação das sensações corporais, exercidas pelo Outro, aquele que cria e faz a função materna.

Tal construção pressupõe que o sujeito se constitui como tal a partir de uma história subjetiva fundada numa relação de alteridade com o Outro, a qual dá ao sujeito um lugar em seu olhar fazendo uma primeira marca pulsional em seu corpo e, abrindo com isso, uma possibilidade de construção de um lugar em seu desejo (FARIA, 1998).

Essa perspectiva é bastante diferente de uma suposta evolução natural em estágios. Como nos aponta Lacan (1998b, p.700), “é na dialética da demanda de amor e da experiência do desejo que se ordena o desenvolvimento”, e quando não é instaurada a necessidade criando a demanda e o desejo, o sujeito fica com um menor repertório para saber o que deseja.

Sendo assim, é através do desenvolvimento do Eu que começam as identificações e, conseqüentemente, a constituição da personalidade (LACAN, 1998a). Em outras palavras, o humano se constitui através das identificações com os pais, com os seus substitutos e com os ideais culturais. Como aponta Rufino (2007, p36), a “identificação do *infans* a uma imago, condição formadora do eu, encontro com o outro no espaço imaginário e na frente do muro da linguagem, processo produtor de um eu especular, início de uma imagem de si”.

Jerusalinsky (2001) assinala que durante algum tempo na vida de uma criança, não há de fato uma posição de sujeito. A criança que desponta nas narrativas parentais está eminentemente em uma posição de objeto, não de sujeito. Elas são faladas, mas ainda não conseguem (ou não lhes é permitido) falar por si.

Recorda-nos também Jerusalinsky (2008, p.127) que, "quando alguém tem de falar por determinado objeto, não há sujeito ali". O choro, o grito, os resmungos, nada disso constitui uma fala por si: trata-se de apelos que só

adquirirão significação na medida em que o Outro, desejante, possa oferecer algo além do que a necessidade pede. Em outras palavras, é possível oferecer-lhe significantes e significados quando a palavra ainda está aquém. Mas essa é também uma posição de aprisionamento: o acesso à palavra implica abdicar de ser o objeto para o Outro. O trabalho psíquico na infância, então, diz respeito à passagem da posição de objeto, eminentemente *falado*, à posição de *sujeito falante*.

A infância compreende o tempo de transição da posição de objeto para o Outro à posição de sujeito. Sendo assim, o momento de passagem da infância para a puberdade revela a percepção de que esse processo de constituição do sujeito pode ser alterado quando a criança vive a ruptura com a família e é encaminhada para o acolhimento institucional.

Uma manifestação comum na infância é o ato de brincar e, de início, a brincadeira parece ser natural da infância, porém, é importante ressaltar que sem a interação com um adulto isso não irá acontecer. A princípio esse representante maternal assegura a satisfação das necessidades básicas da criança ao mesmo tempo em que oferta amor que vai além da satisfação biológica e instaura uma satisfação pulsional que é buscada pela criança em suas demandas seguintes. Nesse percurso, a mãe não responde sempre e da mesma forma às demandas do bebê, podendo, por exemplo, oferecer o seio quando supõe a fome, ou o afago quando imagina que o bebê está demandando amor e, a partir desse ciclo, inscrevem-se experiências de satisfação e insatisfação no psiquismo de bebê (INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA, 2011).

Por meio da brincadeira o bebê tem a possibilidade de conhecer o próprio corpo e também seus limites, conseguindo reconhecer ambientes exteriores, pessoas e objetos que estão à sua volta. A brincadeira também viabiliza a compreensão de mundo, tempo e espaço, causa e efeito, contribui para a formação e desenvolvimento de vínculos, criatividade e imaginação, solucionar conflitos e promover recursos internos que proporciona maneiras de lidar com dificuldades que permeiam a vida do sujeito.

O brincar pode ser considerado inato ao bebê, visto que desde seu nascimento olha para a movimentação ao seu redor, brinca com as próprias mãos e movimentações corporais, sons emitidos por si ou por terceiro, e

principalmente, brinca com aquele que realiza seus cuidados e responde suas ações. A importância do brincar está implicada em questões que favorecem o desenvolvimento afetivo, cognitivo e motor, porém, isso só acontece se as condições ambientais forem suficientemente seguras para o bebê.

A permissão para que o bebê brinque sozinho não quer dizer deixá-lo desassistido, ou sem a observação de um adulto. O brincar sozinho só acontece se o bebê se sentir seguro e tiver um adulto em seu campo de visão, sendo importante, em caso de ausência, conversar com o bebê, e a ausência pode ser tida sem que o bebê fique de fato sozinho, como por exemplo, o adulto ficar distante, mas cantar uma música para que o mesmo ouça sua voz e se sinta seguro.

4.4. A ausência dos cuidados maternos e os possíveis danos no desenvolvimento infantil

A base emocional de qualquer indivíduo é o vínculo formado na primeira infância, a partir do vínculo mãe-bebê, formado por meio de investimentos afetivos e sensibilidade materna de entender os sinais do bebê e assim conseguir se comunicar com o mesmo. Porém, a sensibilidade materna pode variar e terá sua influência, visto que cada um carrega consigo uma história anterior, como a herança familiar e desejos (BOWLBY, 1990).

Ao falar sobre maternidade é suposto um desejo que pode ocorrer antes da existência de uma gravidez, porém, é na gestação que a mulher tem a presença do filho em seu corpo físico, o que desperta mais intensamente a visão de si como mãe. Vale ressaltar, que a forma como a maternidade será vivenciada possui relação direta com as influências que a mulher possui (GRADVOGL, 2014).

A forma de interação entre a mãe ou representante dessa função e o bebê, a demonstração de interesse nos cuidados que oferta à criança é o que faz com que se construa o vínculo fundamental para o desenvolvimento da criança (CARDOSO; VIVIAN, 2017), ou seja, a maternagem do bebê se estabelecerá a partir dos vínculos afetivos construídos a partir dos cuidados e acolhimento que a mãe terá com o seu filho.

Quando se trata de um recém-nascido, que se encontra em acolhimento institucional, é preciso entender a condição de desamparo e necessidade da presença de um adulto para seus cuidados. Dessa forma, os bebês abandonados devem ser acompanhados desde o nascimento para que se consiga estabelecer uma figura de referência e vínculo.

No intervalo de tempo entre o rompimento com os vínculos biológicos com a colocação em família substituta (adotiva), a criança, na maioria das vezes, permanece institucionalizada e essa condição de abrigo pode acarretar em dificuldades emocionais e até mesmo psicomotoras.

Considerando que o desenvolvimento emocional e os processos de maturação do indivíduo exigem um ambiente facilitador, pode-se dizer que cada bebê e cada mãe são singulares, visto que os cuidados foram feitos também por pessoas diferentes (HECHT; FABRÍCIO, 2009).

Desta forma, compreende-se que no decorrer do processo de desenvolvimento e amadurecimento, é preciso ter alguém com quem se possa estabelecer um vínculo, seja com a mãe ou, no caso de crianças institucionalizadas, cuidadores, os quais se tornam responsáveis por favorecer cuidados substitutos, ou seja, exerça maternagem da criança.

Para Bowlby (1990), a vinculação ou apego é desenvolvida no bebê como um resultado das experiências interativas com o meio em que vive, especialmente na interação com a figura materna (BOWLBY, 1990). Considera que a relação de apego é um comportamento instintivo que consiste na comunicação que intenciona despertar a atenção da mãe. A privação materna, portanto, é um impedimento de a criança vivenciar uma relação afetuosa com a mãe ou com alguém que desempenhe esse papel.

Na privação dos cuidados maternos, ou de quem faça esta função, o bebê pode deixar de sorrir ao ver um rosto humano, não reagir a brincadeiras, ficar apático ou bem nutrido, não engordar, dormir mal e não demonstrar iniciativa (BOWLBY, 1981 *apud* HECHT; FABRÍCIO, 2009).

A relação mãe-bebê é então primordial durante a infância e desenvolvimento da criança. Segundo Bowlby (1990), o bebê precisa ter uma vivência satisfatória e prazerosa de amor e continuidade com a mãe, sendo essa relação, a base do desenvolvimento de personalidade e saúde mental. Quando a criança é então separada de sua mãe, terá uma sequência previsível de três comportamentos: protesto, de desespero e de desapego. A fase de desespero é aquela que decorre da fase de protesto, e a preocupação da criança com a mãe ausente é fortemente observada. No protesto, portanto, a criança se manifesta com choros, gritos, para que a figura de apego não a deixe sozinha, na tentativa de chamar atenção. A fase de desespero é por vezes tida como um sinal de recuperação dos comportamentos de desesperança apresentados pelas crianças na ausência materna. Um exemplo é a não solicitação de pessoas ao seu redor, que por vezes aparente um estado de luto/profunda tristeza (BOWLBY, 1990).

Outro estado presente nos estudos de Bowlby (1995) é quando a criança passa um processo de privação parcial, ou seja, há o afastamento materno e a criança passa a receber cuidados de outra pessoa que já conhece e tem confiança. Neste caso, a privação é mais aprazível, porém, quando esses

cuidados passam a ser exercidos por uma pessoa desconhecida, como no caso de uma mãe substituta, a privação passa a ser mais acentuada.

Há casos em que também há uma privação total, como nos contextos de instituição e hospitais, em que não há uma determinada pessoa para exercer os cuidados, e fazer com que a criança se sinta segura. Bowlby (1990) ressalta que os efeitos prejudiciais da privação pode ser alterado de acordo com a sua intensidade.

Assim como Bowlby, Spitz (1979) aponta que o início da vida é o momento em que os afetos são primordiais e nenhuma outra fase do desenvolvimento será tão importante como tal, visto que as experiências serão vividas de acordo com o afeto que receber, ou seja, a mãe ou representante dessa função será responsável pela qualidade das experiências do bebê.

Em sua teoria, Spitz (1983), postula que o desenvolvimento no decorrer do primeiro ano de vida possui três estágios: não objetal, em que não há uma diferenciação do eu/ não-eu, que ocorre até os 3 meses; estágio do precursor do objeto, em que o bebê se manifesta e responde por qualquer estímulo que recebe por meio de sorriso, sendo também a formação de base para as relações futuras; e o estágio do objeto libidinal, que ocorre após o bebê completar 6 meses, em que não há mais sorrisos para qualquer estímulo, havendo reconhecimento e distinção do rosto materno e demais pessoas.

Spitz também fez estudos voltados para a observação dos efeitos da privação materna em crianças que foram criadas em instituições, ou seja, que passaram o primeiro ano de vida com os cuidados maternos reduzidos ou inexistentes e que demonstravam atraso significativo no desenvolvimento comportamental, em relação a crianças criadas em um seio familiar.

O autor revela que por mais que os cuidados básicos (higiene e alimentação) sejam adequados nas instituições, as crianças necessitam de uma “mãe”, ou uma pessoa que substitua essa função, visto que em instituições há algumas implicações que podem influenciar na formação de vínculo, como o grande número de institucionalizados para poucas educadoras sociais, o que implica em pouco estímulo e cuidados (SPITZ, 1983).

Sendo a mãe uma figura essencial para um bom desenvolvimento na primeira infância, Spitz (1983) verificou que entre a faixa etária de 6 a 8 meses, um período de três meses de afastamento da mãe e do bebê pode acarretar em

dificuldades, como uma depressão anaclética, referente a uma forma de rompimento da relação objetal. Além disso a ruptura do vínculo pode ocasionar angústia e desespero e crianças que passam por essa vivência, costumam permanecer deitadas de bruços a maior parte do tempo, com reações de gritos e choros frequentes, apresentando perturbações de sono e apetite, podendo também apresentar rigidez facial e recusar qualquer tentativa de contato. Pontua também que a separação da díade por mais de cinco meses leva à hospitalização da criança.

Quando os bebês são hospitalizados devido às situações expostas anteriormente, pode haver regressões em decorrência da ausência materna, mesmo com bons cuidados quanto à higiene. Nesse contexto, é diminuído o grau de desenvolvimento da criança, a locomoção, alimentação, aprendizado. Observou também que os sintomas se agravam conforme o tempo de ausência materna (SPITZ, 1983). Esses comportamentos podem ser decorrentes da falta de preparo das cuidadoras responsáveis pelas crianças institucionalizadas que podem assimilar uma imagem de despreparo com a referência materna e gerar relações conturbadas (HECHT; FABRÍCIO, 2009).

Nesse sentido, Bowlby (1995), aponta que o cuidado substituto, pode ser uma possibilidade de amenizar os danos causados pela privação do amor dos pais nas crianças institucionalizadas, mas por mais que seja importante ter uma imagem de referência para o desenvolvimento e formação psíquica, esses cuidados não são totalmente adequados e as experiências serão dependentes dos vínculos estabelecidos e do apoio dado às crianças, o que irá possibilitar a formação da personalidade, formas de enfrentamentos sociais e pessoais.

Winnicott (1990), também se dedicou ao estudo da relação materno infantil. Em sua teoria sobre a primeira infância, nomeia alguns estágios do desenvolvimento infantil como o de dependência absoluta e considera ser nesse estágio o início da preocupação materna primária, ou seja, estado em que a mãe compreende o bebê por meio de uma identificação, sendo a mãe e o bebê uma única unidade. O autor relata ainda que o olhar da mãe é o espelho da criança e vale lembrar que a fase de dependência absoluta permanece por aproximadamente até os seis primeiros meses iniciais da vida do bebê.

Caso não se tenha uma mãe que consiga estabelecer uma conexão com o bebê, Winnicott considera que ocorre um estado de não-integração, ou

seja, há um bebê e uma mãe com as partes do corpo desintegradas e é também nessa fase que ocorrem as falhas no desenvolvimento.

Os padrões de interações da relação mãe-bebê formam um modelo interno que será responsável pelo estabelecimento de relações futuras e eventos traumáticos na infância podem alterar o padrão de apego da criança. Dentre os eventos traumáticos, há a institucionalização e perdas precoces. Nesse sentido, portanto, o desenvolvimento emocional de crianças institucionalizadas precisa ser estimulado por meio da formação de relações de apego, mesmo em ambientes institucionais (GOLIN, BENETTI, 2013).

Crianças que vivem em situação de vulnerabilidade e acolhimento tendem a ser favorecidas quando têm a possibilidade de vivenciar interações constantes e seguras, de confiança durante a sua primeira infância. Segundo Golin e Benetti (2013), as crianças que vivem em abrigos ou famílias substitutas precisam sentir que possuem um ambiente seguro, previsível e estável, com pessoas que as reconheçam em suas necessidades e autonomia e auxiliem no desenvolvimento das potencialidades.

A carência afetiva de crianças institucionalizadas, portanto, pode desencadear a regressão de agressividade para si. De acordo com Winnicott (1969), não se pode falar em agressividade nos estágios iniciais do desenvolvimento, logo não podemos afirmar que o bebê tenta ferir, porque não está suficientemente amadurecido para que a agressividade possa significar algo.

Com base na literatura é possível observar que crianças que passaram por vivências tidas como inadequadas e reprováveis, possuem uma tendência maior a ficarem imensamente inseguras e com dificuldades de relacionamentos por conta das experiências ameaçadoras que tiveram na primeira infância. Segundo Winnicott (1979), quando a criança não vive em um ambiente facilitador em função de uma falha no *holding inicial*, existe uma quebra na continuidade de seu ser.

Na teoria Winnicottiana (Winnicott, 1979) o *holding* materno é definido como uma sustentação que a mãe oferece ao filho por meio de cuidados físicos, a forma que demonstra seu amor ao bebê, a maneira de protegê-lo, levando também em consideração, a sensibilidade relacionada ao tato, visão e audição.

Portanto, a boa evolução dos estágios posteriores do desenvolvimento dependem, principalmente, de bons resultados nos primeiros contatos do bebê com a mãe ou cuidadora.

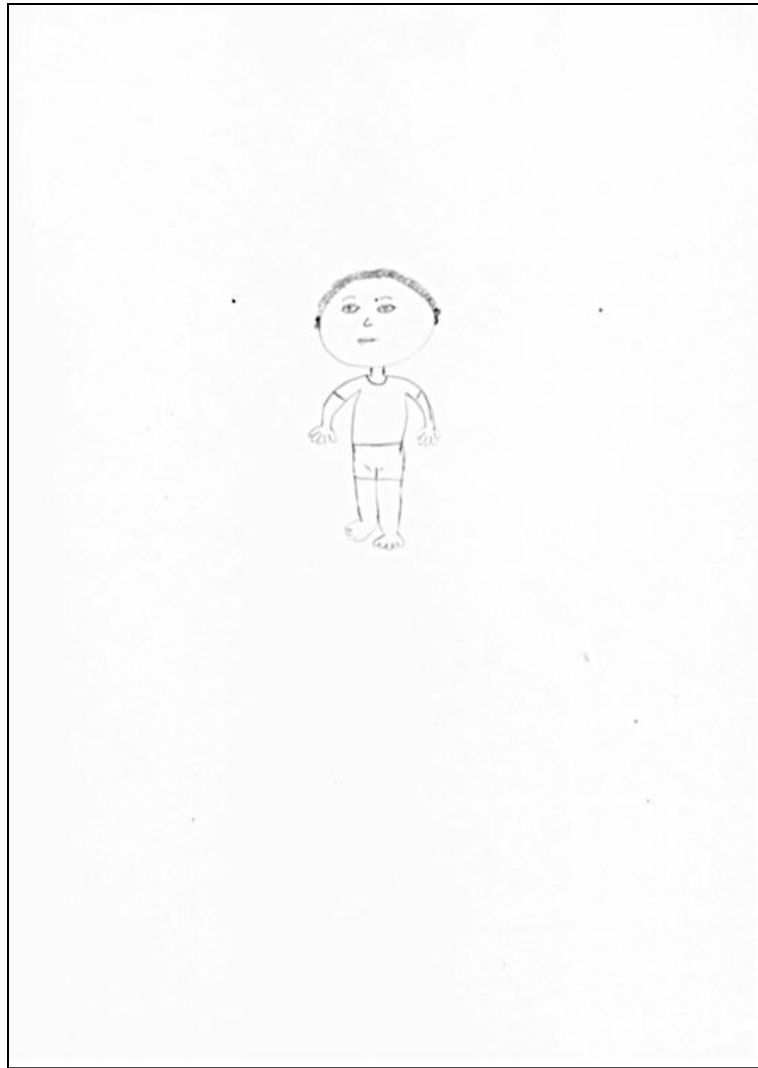
5. RESULTADOS

Os resultados obtidos neste estudo serão apresentados em duas etapas. Na primeira etapa serão apresentadas na íntegra as unidades de Desenho-Estória com Tema (D-E- com Tema) aplicados e a análise dos mesmos enquanto unidade individual, e na segunda etapa, serão apresentadas as sínteses e as análises dos conteúdos mais abordados nas narrativas para, posteriormente, discutir a totalidade dos temas mais presentes nas histórias contadas pelas profissionais que participaram do processo.

Ressalta-se que os dados foram investigados através da análise dos conteúdos temáticos e suas narrativas, buscando compreender, a partir da psicanálise, as vivências das educadoras sociais frente à situação de institucionalização dos bebês, suas angústias frente ao exercício profissional e como isso afeta a vida pessoal de cada uma delas.

Para cada unidade Desenho-estória, buscou-se um título que representasse a narrativa principal desenvolvida pelas participante.

5.1. Unidades de Desenho-Estória com Tema (D-E- com Tema) aplicados e a análises:

Desenho-Estória 1: Ela achava que eu era sua mãe

Vou desenhar um bebê daqui, mas ele já foi embora. Foi embora já vai fazer dois anos, chamava Maria Luíza. Ela tinha o cabelo enroladinho! Ai, o desenho não tem nada a ver com ela. Como é que eu faço o corpo agora? Não sei desenhar, mas vou representar ela. Terminei, não tem nada a ver, mas foi o que eu consegui fazer.

Ela era uma bebê daqui, tem um irmão gêmeo, o Serginho. Eles eram bebês chiadores, chegaram recém-nascidos. Ela interagia muito comigo e sentia quando eu não estava. Ela foi adotada pela tia e esse dia acabou comigo. (Você está me falando que a saída dessa bebê acabou com você. Fale-me um pouco mais sobre isso). Eu não devia contar porque aqui eles não deixam manter contato com as crianças depois que saem, mas mantenho contato com a família

e acompanho e crescimento dela. Quando ela foi embora senti tristeza por não vê-la mais todos os dias, mas fiquei feliz por ter uma família para cuidar dela, não é como aqui. Aqui damos amor, carinho, comida, atenção, mas são muitos, não dá para dar atenção igual na família que é só para ela. (Conte mais sobre como ela ficava na sua presença). Quando eu estava, ela era muito feliz, e quando eu não estava ela sentia minha falta, percebia. Eu acho que ela pensava que eu era a mãe dela e isso era bom, por ter alguém que ela confiava, que a protegia, fazia se sentir segura. (Diz que a bebê pensava que você era mãe dela... Fale sobre o que é ser mãe para você). Ser mãe... Não sei explicar muito porque não sou mãe ainda, mas mãe dá amor, carinho, protege. (Agora que ela encontrou uma família, tem atenção só para ela. Como pensa que ela está hoje?). Ela está em um lugar muito bonito, lá a mãe adotiva ama muito aquela menina e o Serginho. Sérgio Luiz! Acho que para eles foi um presente os dois. Eles se amam muito! Eu acho que sei lá, tem uma confusão. Aqui eram umas pessoas, agora são outras que têm contato com eles. Hoje ela não me vê como mãe, a mãe é outra, o contato mudou, nos vemos somente por telefone. O sentimento mudou, eu sinto isso. (Você está dizendo que a mãe agora é outra, e como era a mãe antes?). Não sei quem é a mãe biológica. Ela veio direto do hospital, foi uma criança que conheci aqui e pretendo levar para o resto da vida, não só ela, mas as outras também. A melhor história é onde eles estão com a nova família, recebendo atenção só para eles. (Conte-me um pouco sobre o que o nome deles te remete). Eles já vieram com esse nome, a psicóloga disse como eles seriam chamados assim e eu acho um nome lindo!

Análise

Inicialmente a educadora critica o desenho feito dizendo que não tem semelhança com a criança que pensou e questiona sobre uma forma de fazer o corpo. Porém, no desenho não faz a imagem de um bebê como foi solicitado no início do processo, faz um desenho que remete uma criança mais velha, implicando na condição de representar um bebê e na situação de vulnerabilidade e necessidade de cuidados que essa condição remete.

Pode-se inferir, então, que desenhar uma criança maior seja um mecanismo de defesa que auxilia evitar angústia que os cuidados e as perdas

suscitam a ela, ou seja, a uma forma dos sujeitos de recusarem “a reconhecer a realidade de uma percepção negativa” (ROUDINESCO & PLON, 1998, p. 656).

Em relação ao desenho, observa-se uma riqueza de detalhes, valorizando a criança em questão, denotando o investimento afetivo da educadora social, o que também é possível ser observado na narrativa da estória.

Conta ainda uma estória autoreferente de sua relação com uma criança que passou pelo abrigo, falando sobre como respondia aos seus cuidados ofertados, nomeando-a, atribuindo também características e detalhes subjetivos.

Na narrativa há presença do desejo da educadora social e também é possível observar o lugar de afeto que essa criança ocupou em sua vida. A educadora elegeu uma criança, marcou a existência de um irmão gêmeo, mas pouco falou a respeito do mesmo. Contou sobre a relação única que estabeleceu com essa bebê em específico, dando lugar de amor, de contato feliz, salientando o desejo e reconhecendo a importância que ocupava na vida da criança.

A profissional acredita que os cuidados ofertados por ela levavam a criança a vê-la como sua mãe. Pode-se supor que o desejo da educadora em exercer a maternidade está projetado na criança referida em questão, transpondo o que era da ordem do seu desejo inconsciente de ser a mãe dessa bebê em específico, para dizer o inverso, que a criança a desejava como mãe.

Em seu discurso é presente a forma como ela atua frente aos cuidados com as crianças, exercendo uma função materna, como uma representante materna substituta.

A literatura psicanalítica aponta ser importante que a criança tenha um lugar no desejo daqueles que exercem os cuidados, para que a criança estabeleça uma vinculação afetiva e tenha uma imagem de referência (BOWLBY, 1981). Esse cuidado é essencial para o desenvolvimento do bebê, pois a relação maternal estabelecida nos primeiros meses de vida contribuirá para um melhor desenvolvimento orgânico e psíquico (SPITZ, 1979).

O relato da participante 1 denota tristeza pela separação e pela reintegração familiar da infante, pois para ela houve uma ruptura no vínculo materno-infantil que acredita ter criado com a criança, como pode ser visto em suas palavras: “Eu acho que ela pensava que eu era a mãe dela”. Isso mostra que a educadora preocupa-se com as rupturas que a criança vive: a primeira

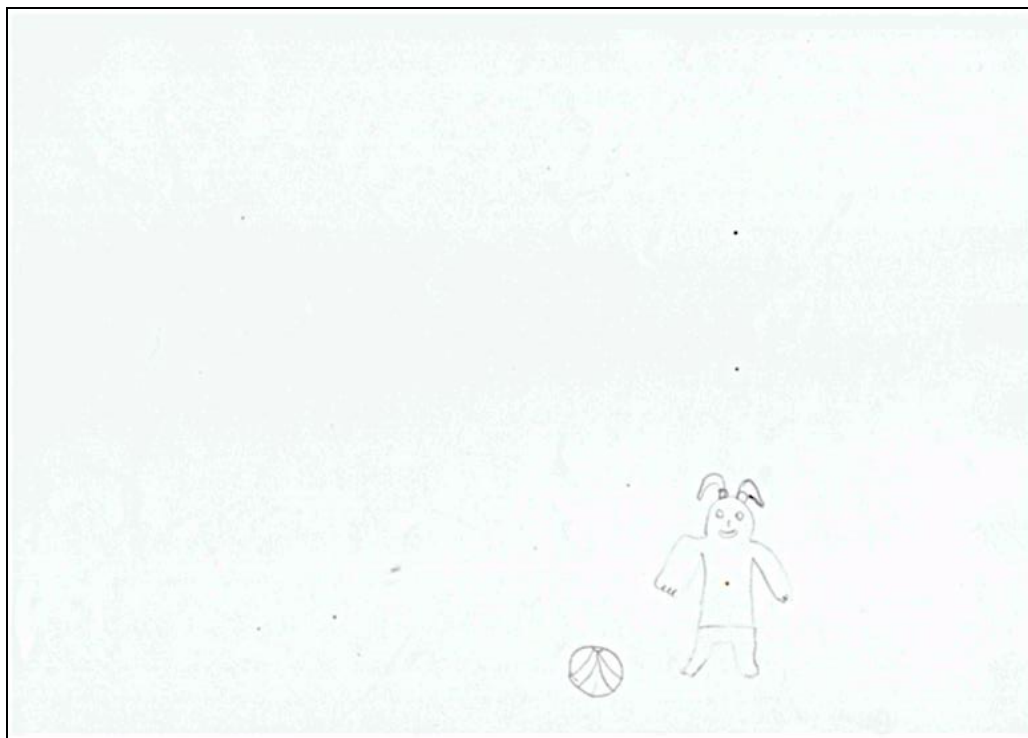
quando é afastada da família e a segunda quando é afastada do abrigo e de seus cuidados.

Também reconhece a capacidade da criança reinvestir na construção de um novo vínculo materno-filial, pois ela foi “mãe da bebê no abrigo”, agora a tia “será a nova mãe”, restando a ela o sentimento de ter perdido um lugar na vida da criança a qual amou como “a uma filha” e agora só pode visitar e observar a relação amorosa entre a criança e sua nova mãe. Assim, o contato com a criança após a saída dela do abrigo muda, mas o amor que sente, permanece.

Nesse sentido, por se tratar de uma atuação com bebês acolhidos, a forma como essas crianças são cuidadas pode amenizar os prejuízos do desenvolvimento decorridos da privação materna (HECHT; FABRÍCIO, 2009).

A fala da participante 1 demonstra o desejo de cuidar e prover afeto pela criança por ela descrita, entretanto, também reconhece suas limitações, mesmo lamentando que a bebê não precise mais de seus cuidados. Seu discurso marca que o melhor para a criança foi ter saído da instituição. Considera que a criança fora do abrigo é muito amada, recebe atenção, e é inserida em um seio familiar.

Evidencia-se na estória da educadora, também, que o abrigo não é um bom lugar para os bebês, pois são muitas crianças na instituição e não há possibilidade de dar um lugar singular a cada uma delas, e cuidar dos bebês impõe angústia e sofrimento, seja pelo sentimento de impotência, seja pela ruptura, quando o bebê vai embora.

Desenho-Estória 2: A Doutora que veio para mudar!

Fiz a Rebeca. Às vezes estamos no tatame e a gente brinca de bola, mas ela é preguiçosa. Incentivo ela engatinhar. Ela ri pra gente. Não é que ela é preguiçosa, é que ela não consegue engatinhar direito, sabe? Ela chegou bem triste, hoje ela ri de felicidade, vai para a escola. O irmão dela, o Lucas, também está indo para a escola. Ela não gostava do contato, mas hoje ela é carinhosa, aceita o toque, está se desenvolvendo. Todos precisam de cuidado, mas ela chama atenção. Me sinto feliz de ver ela se desenvolver. Ela foi abusada e eu tinha medo de tocar nela, porque ela podia pensar que estava acontecendo de novo. Hoje ela sabe que fazemos tudo para o bem dela. Ela chorava muito e tivemos cautela. Ela até me abraça. Ela e o Lucas estão se desenvolvendo bastante. Agora ela sente paz. O olhar dela mudou. Ela chorava muito, sentia angústia, rodava o tatame todo dormindo. (Contou que essa bebê foi abusada. O que acredita que ela pensa a respeito desse ato?). No começo pensava que ia ser maltratada. Hoje ela pede colo, dá o bracinho para gente pegar. (Como seria um futuro para a Rebeca?) Imagino um futuro de vitória, promissor. Imagino ela numa faculdade, falando que o que aconteceu com ela pode mudar. Imagino ela doutora, que vem pra mudar, não vai para as drogas, se revoltar. Queria que

tivesse alguém da família de sangue para adotar. A mãe dela vem aqui com dois homens. Parece que ela gosta, mas não sei quem fez isso para ela, mas acho que ela fica assustada e voltaria com outra parte da família porque pode contar com outra parte. (Fale-me um pouco sobre o que é a maternidade para você). Mãe é quem faz o melhor, mas não tudo o que pode. Vejo mães tirando da boca, mas o filho precisa entender que hoje pode dar e amanhã talvez não. Imagino que a Rebeca precisa de uma mãe que não a machuque. O abrigo foi o melhor para ela, chegou angustiada. Estar na família era ruim, aqui ela encontrou uma família.

Análise

A participante 2, como a participante 1, escolhe contar histórias de crianças acolhidas, mas diferentemente da anterior, narra os acontecimentos vividos por essa criança, e é possível notar dificuldade para falar sobre a vivência deixando claro a angústia que sentia frente aos cuidados. Para lidar com o sofrimento que imagina que a criança vivenciou em sua família e com o próprio de ter que cuidar da bebê diariamente e lembrar de sua história, a participante 2 faz menções de como a imagina no futuro e de como melhorou desde que chegou no abrigo.

Relata também o episódio de violência sexual sofrido pela bebê, que acarretou em seu acolhimento institucional e as dificuldades que encontrava quando tinha que cuidar da mesma. A participante 2 demonstra ter clareza de que a vivência do abuso sexual trouxe consequência para a criança e responsabiliza a família biológica pela não proteção da mesma. Apresenta um discurso menos afetuoso em relação às demais histórias, com tom frio, ao descrever as visitas da família. Mostra sua percepção de que o acolhimento para Rebeca foi o melhor que podia lhe acontecer.

A profissional menciona que com o passar do tempo a criança foi se adequando ao abrigo e, em sua concepção, o acolhimento institucional possibilitou que a criança encontrasse “uma família”. Quando diz sobre a recuperação da infante, faz uma implicação direta em relação aos cuidados e afetos ofertados que, como dito anteriormente, são importantes para o desenvolvimento infantil. Evidenciou-se com isso o sentimento de felicidade em perceber e acompanhar o desenvolvimento da criança.

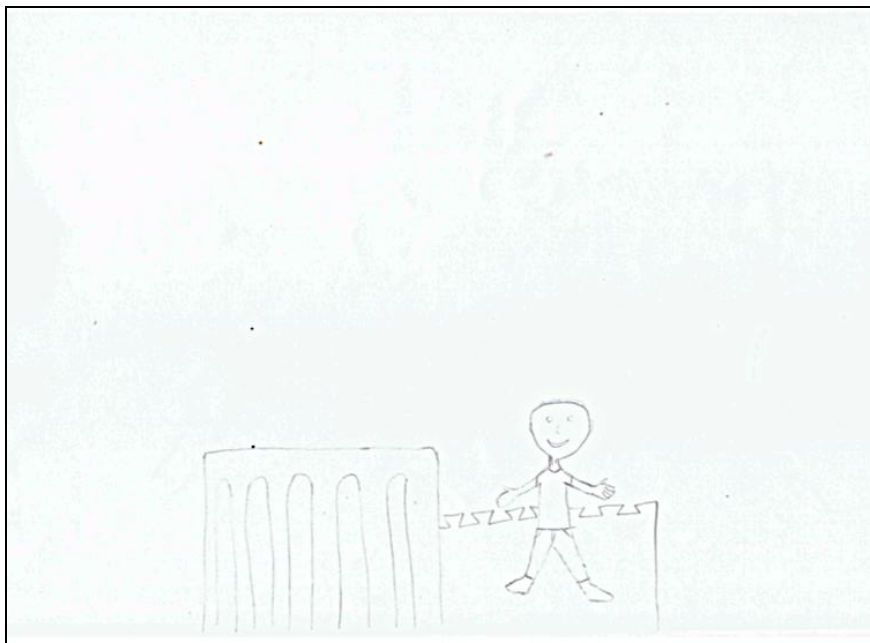
Segundo a estória contada, a profissional imagina um futuro promissor e de conquistas, falando sobre seu desejo de que um dia a criança se torne uma doutora e entenda esse episódio de sua vida com superação, como pode ser visto em seu relato: “que o que aconteceu com ela pode mudar. Imagino ela doutora que vem pra mudar, não vai para as drogas, se revoltar”. Assim, a participante 2 fantasia uma vida feliz para Rebeca, uma forma para “curar” qualquer sofrimento e violência pela qual ela passou com os pais.

A relação afetiva que mantém com a criança pode ser observada em seu desenho e estória, na brincadeira que fazem juntas.

A saída da criança do abrigo é trazida pela participante por via da adoção, porém, para ela, por algum membro da família biológica, considerando que por mais que alguns entes a tenham feito sofrer, pode contar com outra parte do seio familiar, como pode ser observado quando a profissional diz: “Queria que tivesse alguém da família de sangue para adotar. A mãe dela vem aqui com dois homens, parece que ela gosta, mas não sei quem fez isso para ela, mas acho que ela fica assustada e voltaria com outra parte da família porque pode contar com outra parte”.

Em relação à maternidade, considera ser preciso haver limites daquilo que pode oferecer, de modo que a criança tenha espaço e privacidade para se desenvolver, assim como a mãe também precisa ter seu espaço. Quando se refere a uma mãe para a criança representada, menciona que esta precisa de uma mãe que não a machuque, ou seja, que lhe ofereça cuidados e afetos, a proteja e faça o que a mãe biológica não fez.

Desenho-Estória 3: A superação de Brendo



Vou esculhambar o bebê aqui, não sei desenhar muito bem (risos).

Desenhei o Brendo, ele tem vai... Estamos em agosto, tem uns cinco meses que ele foi embora. Tem a cabeça maior porque ele tinha hidrocefalia. Desenhei com a cabeça grande e de pé porque os médicos disseram que ele não iria andar, mas foi uma surpresa. Aqui ele está apoiado, e deu os primeiros passos, e foi muito legal pra gente. Hoje ele tem 2 anos, 2 anos e pouco. Ele tinha uma irmã gêmea, mas morreu. Aqui (aponta para o desenho) ele está feliz, porque não teve o amor da mãe, foi o caso mais legal aqui. Não teve amor da mãe, tadinho. Aqui ele está na sala, se escora no berço, fica de pé e sai andando por aí. Ai meu Deus do céu, o Brendo é um milagre. Acho que hoje ele está andando, correndo. Ele é amado e para ser adotado a família queria alguém especial mesmo, porque ele é uma criança especial em tudo. (E se o Brendo fosse uma criança que sempre viveu com a família biológica? Conte-me conte sobre como acredita que seria). Ai cara, se ele não fosse adotado nem sei. Se ele estivesse com a família ele não estaria bem como está hoje. Seria desejado, mas não tão bem como hoje. (A educadora acaricia sua tatuagem no braço – tatuagem de uma mulher com uma criança no colo que a remete a seu filho). Em relação a ele e meu filho vejo semelhança no amor. Sempre quis que ele se desse bem, que desse sempre, mas sempre mesmo tudo certo. (Está me dizendo que há semelhança entre o amor que sente por seu filho e pelo Brendo.

Fale um pouco sobre esse amor, o que é a maternidade para você). Antes eu achava que se está grávida já é mãe, mas hoje penso diferente, é um sentimento que não se consegue explicar. Maternidade é isso, é amor, é dar proteção, é querer o bem. Quando o filho vai para a creche é um sofrimento, mas a gente sempre quer o bem. A mãe do bebê que desenhei é adotiva. Ela é nova. Meu Deus, nem sei explicar porque ela adotou, mas acho que ela foi feita pra ser a mãe dele. O Brendo fez e recebeu duas ou três visitas e via no olhar dele que ele já estava pronto pra ir embora, porque são as crianças que nos dizem pelo olhar quando estão prontas. A mãe, a mãe dele é um amor. (E sobre o nome Brendo, o que pensa quando escuta?) Quando escuto o nome Brendo eu fico feliz, pensar como ele se superou, como ele chegou... Ele é uma luz. Às vezes, a gente pensa que não dá, mas quando pensa no Brendo você sabe que dá, dá sim! (Disse que o Brendo é uma criança que superou dificuldades. Como seria um futuro para ele?) O futuro do Brendo sempre vai ter saúde, é daqui pra melhor, vai ser muito amado e espero que dê tudo certo. De verdade, desejo para o Brendo tudo o que desejo para o meu filho. O Brendo sempre foi muito feliz, nunca deu trabalho, ele é muito merecedor. Quando as crianças crescem, elas correm e ele ficava sempre sentado. As vezes, as crianças pisavam nele quando saíam correndo e a gente tirava ele do meio até ele aprender a andar. Ah o Brendo... ele é uma criança incrível. A história mais bonita de superação que eu acho daqui: ele aprendeu a andar! (Pergunto se há algo a mais que queira me falar sobre o Brendo). Esse cercado que desenhei é onde ele vivia apoiado e depois aprendeu a andar.

Análise

A participante 3 escolhe desenhar a criança que para ela representa a superação das dificuldades e vê no vínculo afetivo que teve com a criança a via para ele ter conseguido melhorar e andar, ao contrário do que o médico dizia. Representa em seu desenho aquilo que foi descrevendo, o processo da criança em que pé e contente. No decorrer da contação da estória, faz referência a uma irmã falecida da criança que representou, e volta a falar sobre as expectativas médicas de Brendo.

Expressa que no abrigo o bebê desenhado foi uma criança feliz, aponta que não teve amor de mãe e, por mais que os médicos acreditassem que a

criança não iria andar, considera que os cuidados ofertados pela equipe profissional da instituição não só possibilitaram como também foram fundamentais para os avanços no desenvolvimento.

Para ela, Brendo é e foi uma criança especial no que se refere a aspectos físicos por ter hidrocefalia, e aspectos afetivos, afirmando a sua construção de vínculos com ele, como semelhante ao que mantém com o próprio filho. Quando fala do seu filho, faz uma aproximação discursiva, e vai dizendo sobre como o bebê desenhado foi e é uma criança especial em sua vida.

A educadora expressa semelhança no amor que sente pelo próprio filho e pela criança representada, dizendo: “De verdade, desejo para o Brendo tudo o que desejo para o meu filho”. Nesse sentido, é possível observar uma autoreferência de modo que, mesmo tendo consciência de que a criança acolhida não é seu filho biológico, dá lugar de filho para ele em seu afeto e desejo.

Além disso, marca o amor como via para a maternidade ao fazer menção à preferência da família adotiva por uma criança especial (com necessidades especiais) dizendo que: “Ele é amado e para ser adotado a família queria alguém especial mesmo, porque ele é uma criança especial em tudo”.

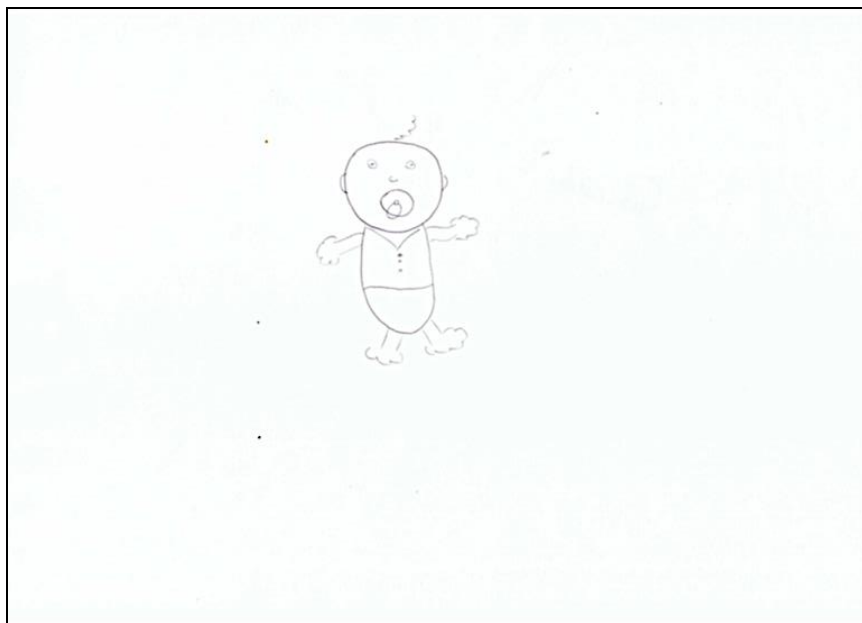
Considera que a maternidade é um sentimento inexplicável, contando que antes acreditava que bastava estar grávida para ser mãe, porém, depois do nascimento de seu filho percebeu que é preciso muito mais, visto que a criança precisa de cuidados e afetos.

A educadora expressa em seu discurso que a criança “adota também os pais adotivos”, e mostra quando está na hora de ir embora, como pode ser visto quando a educadora diz: “via no olhar dele que ele já estava pronto pra ir embora, porque são as crianças que nos dizem pelo olhar quando estão prontas”.

Em relação ao desenho, a educadora menciona ter feito a cabeça maior pelo fato de criança ter hidrocefalia, porém, a diferença não é tão observável, aparentando tratar-se de uma criança sem problema de saúde. Além disso, coloca no desenho um “cercadinho”, o que remete à forma como a criança ficava, como diz em: “Aqui ele está apoiado, e deu os primeiros passos, e foi muito legal pra gente”, Fica claro que ela menciona o trabalho próprio e de

outras profissionais, como a função de “apoio” para que a criança possa desenvolver, que foi a forma como puderam cuidar de Brendo que possibilitou a ele ser uma criança feliz e superar seu problema orgânico.

A educadora considera a mãe adotiva como uma mulher muito amorosa e cuidadosa que buscou e escolheu cuidar de uma criança com necessidades especiais, e permitirá que o infante cresça com saúde. Quanto às expectativas médicas e o abandono pela família, considera o abrigo como um espaço importante para o desenvolvimento de Brendo.

Desenho-Estória 4: Só podemos dar aquilo que recebemos

Não sou muito boa desenhista, fiz um bebê de chupeta. Bom, é sempre bom fazer um corpinho também né?

Quando desenhei já pensei nas crianças daqui, que a gente fica mais tempo, mais tempo que em casa até. Eu cuido, eu gosto, passo o tempo com ele. Ele está deitadinho, está com a chupeta porque está com sono e pensando que está com sono (risos). Como eu fiz um bebê pensando nos daqui, não tem pai e veio para cá por abandono, o Guilherme. Guilherme foi uma criança que eu cuidei. Era uma criança muito chorona. A mãe não cuidava e eu passei a cuidar dele na minha casa, e eu dei muito amor porque a mãe não dava. A mãe dele precisava de muita atenção, é mãe solteira, então eu vi esse lado de que se a mãe não teve atenção, não sabia dar para o filho. (Está me falando sobre a mãe do Guilherme, e para você, o que é a maternidade?) A maternidade é linda, ser mãe é maravilhoso, a gestação, o nascimento. O amor que a gente não deu para os pais a gente passa para os filhos. Se ele tivesse com os pais, acho que seria diferente. Se a mãe fosse mais cuidadosa, amorosa, ele não seria tão choroso desse jeito dele. Ele vai passar para os filhos dele o que ele recebeu dos pais, então não vai ser amoroso, carinhoso, porque não recebeu isso deles. Ele foi uma criança que cuidei quando era mais nova, cuidava dele dentro da minha casa e depois a mãe ia buscar. (Me disse que ele era uma criança que

cuidou em sua casa, e se fosse um bebê do abrigo?) Se ele fosse uma criança de abrigo, acho que seria melhor do que ele ter vivido com a família. Eu creio que o futuro dele seria bem melhor se tivesse aqui no abrigo, porque teria amor e carinho que é o que ele precisa. Se tivesse saído aqui do abrigo ele seria um doutor, um doutor que cuidaria de mim no futuro, ele iria dar amor para os outros porque no abrigo receberia amor e carinho da gente.

Análise

A estória começou sem clareza. De início deu a entender que a educadora falaria de um bebê do abrigo. Posteriormente, evidencia que escolheu falar do abandono materno de um bebê que cuidou como babá e que, embora estivesse com a família biológica, vivia abandonado afetivamente e com negligência de cuidados. Conta que exerceu função profissional de babá e cuidou de crianças que os pais deixavam em sua casa.

Diferentemente do que ocorre no abrigo, seu desenho e estória representam o bebê que ela pode cuidar, um só, o dia todo.

A participante 4 estabelece claramente o que acredita ser um cuidado de qualidade, que garanta o desenvolvimento de uma criança. Diz que se o bebê que desenhou fosse uma criança do abrigo teria melhor possibilidade de futuro, pois receberia mais amor e cuidados do que com a mãe biológica, que a seu ver, era negligente. Assim, considera o abrigo, a partir do vínculo afetivo e de cuidados que ela estabelece como educadora social, como um ambiente que possibilitaria melhores condições para a criança representada, o que pode ser visto quando ela diz: “Se ele fosse uma criança de abrigo, acho que seria melhor do que ele ter vivido com a família”.

Em relação aos cuidados maternos, a participante 4 considera que se a criança recebesse mais afeto de sua mãe, não seria uma criança tão chorona e, por outro lado, também aponta para a mãe da criança que representou por não ser adequada. Se fosse um bebê acolhido, em sua concepção estaria mais avançado em seu desenvolvimento, imaginando que se tivesse saído do abrigo, seria um Doutor.

Em sua narrativa foi possível observar que o bebê, em seu imaginário, não terá possibilidades de um futuro bom por estar com os pais biológicos e atribui ao abrigo características de um lugar de garantias para o futuro em casos

de pais incapazes e negligentes, embora não estabeleça onde a criança estaria quando crescesse.

A educadora se coloca na história e faz uma substituição materna no exercício de sua profissão, oferecendo amor e cuidado como elementos fundamentais para o desenvolvimento infantil, mencionado no decorrer de desenhos e histórias de outras participantes.

A relação afetiva que estabelece com a criança desenhada pode ser vista na riqueza dos detalhes feitos e falados, como a chupeta e os botões da roupa, ele ter um corpo e estar pensando em dormir: “Ele está deitadinho, está com a chupeta porque está com sono”.

A educadora diz que “O amor que a gente não deu para os pais a gente passa para os filhos”, nesse sentido comete um ato falho, que de acordo com Roudinesco (1998, p. 40), “o ato falho ou acidental tornasse equivalente a um sintoma, na medida em que é um compromisso entre a intenção consciente do sujeito e seu desejo inconsciente”. A profissional considera que não se dá o amor aos pais, mas pode ser dado aos filhos, o que remete a uma questão pessoal dos cuidados ofertados a ela enquanto filha e transmissão de afeto que lhe foi dado em sua infância.

Marca um desejo de ser lembrada e cuidada pelas crianças do abrigo que cuidou, diz: “Se tivesse saído aqui do abrigo, ele seria um doutor, um doutor que cuidaria de mim no futuro, ele iria dar amor para os outros porque no abrigo receberia amor e carinho da gente”. Atribuindo, dessa forma, um valor ao próprio trabalho como um lugar de vinculação afetiva das crianças cuidadas pelas educadoras sociais.

A participante 4 acredita que as relações estabelecidas pelo adulto para com os bebês provém dos cuidados ofertados pelos pais na infância. Ela descreve, assim, que só é possível oferecer aquilo que um dia se recebeu e de acordo com seu relato “A mãe dele precisava de muita atenção, é mãe solteira, então eu vi esse lado de que se a mãe não teve atenção, não sabia dar para o filho” e, como aponta a literatura, os cuidados e as figuras de identificações que se constituem na infância influenciam e também determinam o modo como cada sujeito exercerá a parentalidade (ZORNIG, 2010).

Desenho-Estória 5: A importância dos cuidados para o desenvolvimento infantil

Eu aceito participar da pesquisa, mas essa parte de desenhar eu não quero não, não sei desenhar (risos).

Após ser informada que a estética do desenho não era o foco principal, a participante 5 aceita participar.

Esse bebê era prematuro, gemelar, mas a irmã morreu, tinha hidrocefalia. Os médicos não achavam que ele fosse resistir. Era o sinal de alerta da casa. A gente dizia que era como uma bomba relógio aqui, porque ele era muito feliz, e quando chorava era porque tinha algo de errado, e os médicos não acreditavam que ele viveria. Todo mundo que conheceu ficou apegado a ele, eu fiquei apegada. A gente trabalhava com ele para que conseguisse se desenvolver. Ele já anda hoje. Os pais dele enviam vídeos dele andando, balbuciando, e ver que ele conseguiu superar tudo aquilo, eu me emociono e penso que conseguimos. Às vezes, as pessoas não acreditam no nosso trabalho, mas é importante. Esse foi um caso que me marcou, mostra mesmo o que é ser educadora: perceber as crianças realmente, conhecer cada uma delas, esse foi o que mais me marcou. Ele está feliz e, apesar da doença, a hidrocefalia, ele estava sempre rindo e gargalhando. Eu ainda escuto essa gargalhada e, pelo que sei ele continua muito feliz. Ele não está fazendo nada aqui no desenho, não pensei nisso na

hora, mas na verdade é porque ele estava sempre rindo igual desenhiei. Pra ser educadora social é preciso mais do que gostar de criança, a gente não é mãe e sempre tem treinamentos sobre isso aqui para gente, mas sempre criamos um vínculo, mesmo que tenha proibição. Tem que ser humano, não se pode fazer separação, tem que dar igual. Por causa da preferência, eu já vi isso aqui, algumas crianças são vestidas com as roupas mais bonitas, recebem mais colo... Quando vejo isso aqui fico muito irritada porque todos devem ter o mesmo tratamento, o mesmo amor. (Está me dizendo que a criança é muito feliz, está se desenvolvendo bem e mencionou também a importância do seu exercício profissional. E quanto a maternidade? Conte-me o que a maternidade representa para você). A maternidade é onde você descobre o outro, agora você se preocupa muito com um outro. Quando é seu filho, é diferente, a atenção pode ser só dele, aqui são muitos, precisa ser dividida. É bem diferente quando você é mãe. Para mim ser mãe é tudo, faço tudo por eles. É abdicar um pouco de si para dar ao filho. Primeiro vem o filho, depois eu. Os meus filhos são o motivo pelo qual acordo todos os dias. (E como era a mãe desse bebê?) Esse bebê que desenhiei não teve mãe, ele veio direto do hospital, cabia na mão de tão pequeno, ficava com medo de dar mamadeira, de pegar, mas aqui somos nós e as crianças, e precisamos fazer as coisas por eles. (Se por alguma razão o bebê não fosse uma criança do abrigo, como acredita que seria?) Se ele não estivesse no abrigo me pergunto se ele teria a evolução que teve aqui, não sei, mas acredito que não. Não só por esse bebê, mas por todos, eu sinto amor, mas sei que filho eu tenho só dois, os do abrigo não são meus, por eles eu tenho amor, mas quero que vão embora. Digo que os bebês do abrigo pra mim são como a chuva, passam um tempo e depois vai embora, e eu prefiro que seja assim porque a gente sabe que se ficam até os 18 anos, no dia é preciso dar tchau e isso é muito ruim, quero que eles se vão. Todo mundo precisa de pais, de uma família, de pessoas para conviver. Também dou graças a Deus que aqui não tivemos muitos casos em que as crianças voltaram para suas famílias biológicas. Na minha opinião, se eu fosse juíza, nunca permitiria isso, porque se a família não quis, não cuidou, não têm motivos para voltar. Mas é só minha opinião, ela não é ouvida e quando acontece de voltar para a família eu fico triste. Também entendo que tem casos e casos, têm os parentes que não sabem nem da existência do bebê, aí tudo bem, ir para alguém da família, fico feliz, mas

são exceções. Esse bebê do meu desenho chama Brendo. Ele chegou aqui com esse nome e os pais adotivos não mudaram, porque ele sabia que ele era o Brendo. (Contou que a criança já se identificava com seu nome, e para você, o que o nome dele remete?) O nome dele me remete a felicidade, saudade. Ele era muito feliz, carinhoso, mas também puxava o cabelo da gente (risos) e dava risada porque brincávamos com ele. Ele tinha todos os dentes já pequenininhos e, quando ele descobriu isso, começou a brincar de morder, mas não era maldade, ele estava descobrindo o mundo, se desenvolvendo. Tinha tudo pra ser uma criança chorona porque a vidinha dele nunca foi fácil, mas não era, era muito feliz. Todo mundo gostava, ele vinha correndo na nossa direção igual um patinho e dava risada o tempo todo. (Conte-me como seria um futuro para o Brendo). Evoluiu bastante e espero que no futuro ele continue se desenvolvendo, seja uma pessoa boa, um homem bom.

Análise

A educadora social escolhe para seu desenho e estória a criança que precisou muito do seu cuidado e das demais educadoras, a criança que quase não tinha possibilidade de sobreviver. Diz: “Os médicos não achavam que ele fosse resistir. Era o sinal de alerta da casa. A gente dizia que era como uma bomba relógio aqui, porque ele era muito feliz, e quando chorava era porque tinha algo de errado, e os médicos não acreditavam que ele viveria”.

Constrói sua estória estabelecendo a importância de sua função e do afeto que estabelece com os bebês e que os auxiliam nos seus desenvolvimentos: “Todo mundo que conheceu ficou apegado a ele, eu fiquei apegada. A gente trabalhava com ele para que conseguisse se desenvolver. Ele já anda hoje”. Ressalta em toda a sua narrativa a oferta de afetos no que diz respeito aos cuidados com as crianças.

A participante 5 descreve como a criança chegou até o abrigo e no decorrer fala sobre questões pessoais, como sobre seus filhos, a função e significado de ser educadora social. Para ela, o papel de educadora social é importante, colocando, por vezes, que não é uma profissão reconhecida, mas é fundamental para que as crianças acolhidas se desenvolvam, como já foi visto nas estórias anteriores.

A educadora ressalta a importância dos demais funcionários do abrigo no desempenho dos cuidados com as crianças acolhidas, diz: “A gente trabalhava com ele para que conseguisse se desenvolver”, havendo uma implicação da equipe profissional no exercício da função.

Na estória conta que desenhou a criança sem fazer nenhuma atividade, por não ter pensado nisso enquanto desenhava. Conta também que o bebê em questão, era uma criança que estava sempre feliz, sorrindo, e que acredita estar assim até hoje. Além disso, menciona a concepção de futuro, desejando que seja uma pessoa do bem.

A educadora diz que a criança apesar da doença estava sempre muito feliz. No desenho observa-se uma valorização da cabeça e um corpo pouco desenvolvido, apontando para a marca da hidrocefalia. Menciona que chegou no abrigo muito pequeno e, inclusive, tinha medo de amamentá-lo, expressando sua angústia frente ao bebê, o que pode ser visto no desenho devido a maneira como representou o acolhido – pequeno no canto esquerdo inferior.

É possível observar que a participante 5 tem consciência sobre seu papel profissional, pois conta como as educadoras sociais recebem treinamentos para compreender e atuar frente às problemáticas das crianças que vivem em acolhimento institucional.

A participante trouxe a relação com os próprios filhos para afirmar que não é possível distinguir tanto no que se refere às ofertas de cuidados e carinho, considerando ser impossível não se apegar.

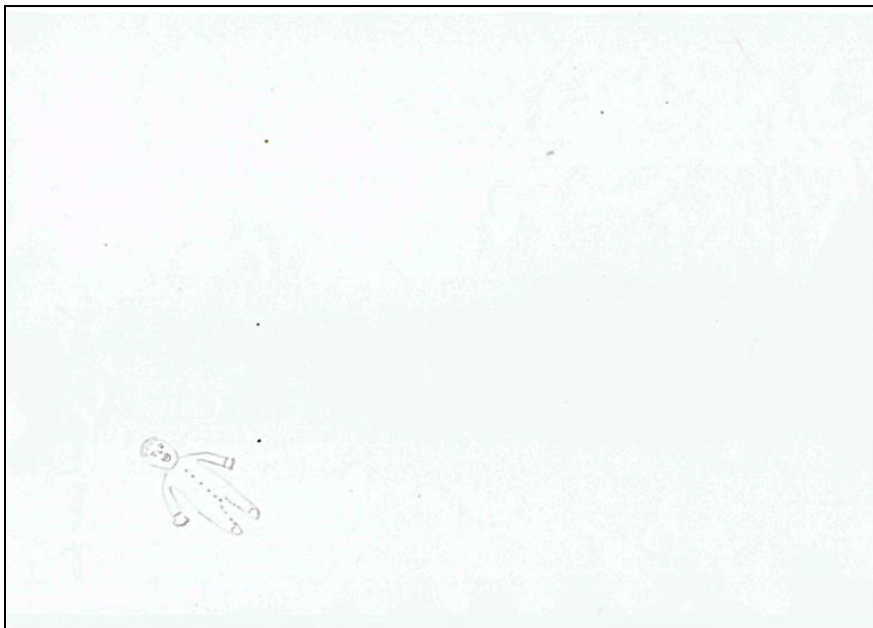
A educadora considera que os bebês acolhidos “são como a chuva, passam um tempo e depois vai embora”, ou seja, prefere que os bebês sejam adotados e faz uma crítica quanto a demora da adoção ou reintegração familiar e exemplifica os adolescentes que permanecem até os 18 anos, marcando ser muito triste completar a maioridade civil e ter que sair da casa.

Observa-se também que a participante menciona o desacolhimento institucional do bebê como momento de perda para ela, pois há sempre uma ruptura, que não é de sua escolha, uma vez que há proibição da entidade acolhedora, que impede que as educadoras sociais mantenham contatos com as crianças após a saída delas.

A educadora social manifestou sua insatisfação ao não concordar com a volta das crianças para as famílias biológicas, dizendo: “Na minha opinião, se eu

fosse juíza, nunca permitiria isso, porque se a família não quis, não cuidou, não têm motivos para voltar”, sendo a favor de colocação em família substituta. Considera importante que todos tenham uma família, uma rede de apoio.

Em relação aos cuidados com os bebês, em sua estória, aponta as preferências das educadoras sociais por alguns bebês, e a eles ofertarem cuidados mais personalizados. Acredita que a possibilidade de desenvolvimento vem a partir disso, dos cuidados afetivos que as crianças recebem.

Desenho-Estória 6: Vitor, Vitorioso!

Ai meu Deus, que tragédia vai ser esse bebê! Pronto, terminei, saiu mais ou menos!

Eu desenhei meu filho. Quando ele era pequeno, era ligado no 220, muito arteiro, corria para tudo quanto é lado, aprontava bastante. Hoje ele é caseiro. Vai para a escola, faz aulas no clube que tem aqui na rua de cima. Eu eduquei ele da melhor maneira que eu acredito. Ele é carinhoso! Ai, eu acho que ele desejava o que teve, a nossa presença, minha e do pai dele, da nossa família. Eu comecei a trabalhar depois que ele completou cinco anos, fiquei parada por opção minha, preferi cuidar dele. A participante 6, após falar do filho passa a falar sobre uma criança acolhida. Iniciando outra narrativa, conta: a mãe dele (aponta para o bebê) é explosiva, mas também muito amorosa. Quando eu explodo até choro, sinto calma porque chorar alivia. Eu também sou explosiva, às vezes, mas choro e passa. (Está me contando que a mãe desse bebê é explosiva, que sempre esteve perto dele, e para você, o que é a maternidade?) Pra mim a maternidade é muito bom, é tudo! Faço o possível por ele, pelo meu filho. Quando eu engravidei senti desespero, porque engravidei com 18 anos e minha mãe era muito rígida e eu tinha medo de ser expulsa de casa, mas a minha relação com ela é boa. Descobri que a maior maravilha é ser mãe. Lembro do meu filho pequeno até hoje, ele era muito risonho! (E se por alguma

razão esse bebê fosse um bebê de abrigo? Fale-me um pouco sobre como acredita que seria). Se meu bebê fosse daqui? (Pode pensar no seu bebê ou em um bebê qualquer). Se fosse daqui, só o fato de estar aqui, estar abrigado já é triste, porque está longe dos pais, né!? Mas, dependendo do caso é melhor, porque pode estar sofrendo maus tratos, viver no meio das drogas. Eu, como mãe, me sentiria arrasada em ter um filho abrigado porque não me vejo longe do meu filho, não vejo a imagem de ter alguém tirando ele de mim por responsabilidade minha, é preciso ter família. A família gosta muito desse bebê que eu desenhei, sempre estão juntos... Eu, meu filho e meu marido! O bebê que eu desenhei tem o mesmo nome do meu filho, chama Vitor. Escolhi o nome Vitor porque tive uma gestação de risco, então escolhi porque lembra “vitorioso”! No futuro, eu espero que se esse bebê fosse daqui, encontrasse uma família pra dar amor e proteção. Entendendo o abrigo, poderia crescer revoltado. Não consigo imaginar meu filho abrigado, ele é um super filho, perfeito. Me preocupa pensar nele abrigado, penso nele o tempo todo. (Pausa para conversar com outra educadora que a solicitou ajuda). Ah, no abrigo pode crescer revoltado porque a família é muito importante e nem todas as crianças têm a sorte de ser adotadas ainda bebê, alguns fazem 18 anos e são mandados embora, a gente sabe. Não conseguiria fazer isso, é muito triste. Todo mundo precisa de amor, carinho, uma casa, mas nem todo mundo tem.

Análise

A estória, inicialmente contada pela participante 6, é sobre seu próprio filho, mas posteriormente comenta que, desenhou uma criança com o mesmo nome de seu filho, Vitor, que provém de vitorioso. Há momentos em que se refere diretamente ao filho, e em outros faz menções sobre o bebê desenhado, como pode ser visto quando diz: “O bebê que eu desenhei tem o mesmo nome do meu filho, chama Vitor”.

No desenho foi possível verificar um envolvimento afetivo dela com o bebê desenhado, colocando detalhes (botões no macacão), desenhando de fato um um bebê com todas as características, com corpo.

Também é marcante a forma como é feita a narração da estória, pois em alguns momentos, narra os fatos em 3ª pessoa, o que denota um afastamento

afetivo com os bebês, que pode ser entendido como uma forma de proteger-se contra a angústia que o trabalho a coloca.

Embora a participante 6 tente se distanciar afetivamente da estória que conta, ela se identifica com a mãe da criança do abrigo, que acaba por dizer que também desenhou. Em sua narrativa, inclui a descrição do seu jeito de ser em momentos de conflitos e a forma de agir com o filho, como apontado: “A mãe dele (aponta para o bebê) é explosiva, mas também muito amorosa. Quando eu explodo até choro, sinto calma porque chorar alivia”.

Fala sobre sua concepção a respeito da maternidade e faz associações de sua própria mãe, marcando que sentiu desespero quando descobriu que estava grávida como aponta em: “Quando eu engravidei senti desespero, porque engravidei com 18 anos e minha mãe era muito rígida e eu tinha medo de ser expulsa de casa, mas a minha relação com ela é boa”.

Sobre as crianças acolhidas, é possível observar no discurso da educadora social, uma preocupação em relação aos motivos do acolhimento o que a faz citar casos em que a criança sofre maus tratos e violência. Na sequência fala sobre a vivência ou não da criança em um seio familiar, deixando claro pontos de vistas diferentes de acordo com as situações.

Na contação da estória é possível observar que a profissional se divide entre duas visões acerca do abrigo, uma favorável: “[...] dependendo do caso é melhor, porque pode estar sofrendo maus tratos, viver no meio das drogas”, e uma desfavorável quando diz: “Entendendo o abrigo, poderia crescer revoltado”. Quando convidada a pensar em um bebê, que por alguma razão estivesse em medida de acolhimento institucional, a profissional demonstrou incômodo e desconforto não conseguindo fazer tal reflexão e diz: “Eu, como mãe, me sentiria arrasada em ter um filho abrigado porque não me vejo longe do meu filho, não vejo a imagem de ter alguém tirando ele de mim por responsabilidade minha, é preciso ter família”, marcando que a institucionalização é da ordem do insuportável.

A participante ressalta a importância da criança viver em uma família, refere-se aos casos em que os acolhidos permanecem no abrigo até completar 18 anos de idade, e na sequência são mandados embora da casa. Nesse sentido marca a importância de se viver e ser inserido em um seio familiar. Aponta que educou o filho da melhor maneira que acredita e diz que tudo aquilo

que ele desejava foi capaz de cumprir juntamente com seu marido, ao dizer que a família são apenas os três, e que estão sempre juntos.

Fica implícito na narrativa da educadora social que seus cuidados foram importantes para o desenvolvimento do seu filho, mas deixa claro em seu discurso que o acolhimento não propicia isso. Além disso, a profissional não faz menções sobre o exercício da função de educadora profissional, não fazendo referência às ofertas de cuidados e avanços no desenvolvimento infantil dos bebês acolhidos como algo propiciado por ela, ao contrário das histórias de outras educadoras sociais, que enfatizam a relação dual e vincular (educadora-bebê).

Desenho-Estória 7: Esperança – A saída do abrigo e a possibilidade de de uma nova história



Qualquer um? Vou desenhar! Pode pintar também? (Sim, do jeito que você quiser).

Essa é a Rebeca. Pensei nela porque quando chegou aqui estava bem debilitada, não conseguia nem se mexer. O tempo é muito corrido, não temos muito tempo, mas quando a gente tinha oportunidade, fazíamos com que ela se desenvolvesse. Hoje ela já senta, consegue caminhar. A gente pegava na mãozinha dela e ajudava se levantar, dar os primeiros passos. Quando a levei na creche, a professora falou que ela se levantou sozinha e isso me deixa muito feliz. Hoje ela tem um bom desenvolvimento, já fala e ama livros. Ela pega os livros e fica lendo, passando as páginas... (Está me contando como ela está conseguindo se desenvolver aqui no abrigo, fale-me um pouco sobre o que ela deseja). Então, como ela é uma criança e não sabe de nada, não posso afirmar o que ela realmente quer, mas ela quer carinho, colo, atenção. Imagino e desejo que ela encontre alguém que dê amor de mãe, porque nem todas que engravidam são mães. Queria que alguém ajudasse ela, cuidasse e amasse de verdade! Ah, ela está deitada porque ficava assim quando chegou, deitada. Hoje ela tem dois anos. (Está me falando que nem todas as mulheres que engravidam são mães. Conte-me mais o que é a maternidade para você). A maternidade pra mim é um sonho, tenho o sonho de ter um filho, e trabalhar aqui me faz ter certeza que quero ser mãe. Até penso em adotar se não conseguir engravidar, mas eu queria ser mãe para vivenciar cada momento da maternidade, a

gravidez, a descoberta do sexo, a amamentação. Sinto profunda tristeza por ver que aqui eles são abandonados, mas acaba acostumando ver tantas histórias e é preciso ter muita força porque as crianças ficam angustiadas e isso passa para gente. Eu já fui mãe de coração de várias crianças, todas daqui. Elas precisam de afeto, cuidado, mas eu sei que não sou mãe de verdade. (Me fale um pouco sobre como seria se a Rebeca não fosse uma criança do abrigo). Se não fosse uma criança daqui seria bem diferente, teria uma família para ela. Mas acredito que com uma família substituta seria muito amada. Eu desejo que a Rebeca... Não imagino na família biológica, ela foi muito judiada. (Me diz que a Rebeca seria muito amada em uma família substituta, fale-me um pouco sobre como pensa em um futuro para ela). Espero que no futuro ela encontre um lar para ser feliz, para ser amada. (A educadora começa a rabiscar um papel que está ao seu lado e então questiono se há mais alguma coisa que gostaria de me falar). A palavra que define a saída daqui é a esperança, porque começa uma nova vida, com família carinhosa que tenha o desejo de cuidar, isso é amor. O amor faz acontecer, pode mudar tudo, inclusive a história de uma criança!

Análise

A participante 7 escolhe desenhar e narrar sua estória sobre uma das crianças do abrigo, fala sobre a vida da criança e a forma como vem se desenvolvendo dentro do abrigo a partir dos cuidados ofertados por ela e pela equipe profissional da instituição, como pode ser visto quando a educadora diz “[...] quando a gente tinha oportunidade, fazíamos com que ela se desenvolvesse”.

Para a educadora social, sua relação com os bebês é uma relação de maternidade, diz que foi mãe de alguns bebês, ou seja, estabeleceu relação diferenciada com bebês que elegeram como preferência.

A educadora social relata que em relação à criança desenhada, ela compartilhou a maternagem por ela e pelas demais colegas de trabalho, colocando em sua estória a importância dos cuidados para o desenvolvimento das crianças.

A participante 7 estabelece uma relação afetiva com a bebê desenhada, descreve detalhes de seu comportamento e a supõe “lendo livros”. Diz em sua

narrativa que a criança não sabe de nada, que é inocente, mas também supõe que a criança tem seus desejos. como: “ela quer carinho, colo, atenção”.

Marca que a situação do acolhimento e o abandono familiar vivenciados pelos bebês trazem sentimentos de tristeza para ela e as demais colegas de trabalho, mas por outro lado, a fez ter certeza de que quer ser mãe e vivenciar todos os momentos da maternidade desde a gestação, como pode ser observado quando a educadora social diz: “A maternidade pra mim é um sonho, tenho o sonho de ter um filho, e trabalhar aqui me faz ter certeza que quero ser mãe. Até penso em adotar se não conseguir engravidar, mas eu queria ser mãe para vivenciar cada momento da maternidade, a gravidez, a descoberta do sexo, a amamentação”.

Quanto ao exercício profissional que desempenha, frente aos cuidados com os bebês acolhidos, a educadora social denota um cuidado e uma forma de exercer sua função. Ela considera que os bebês “precisam de afeto, cuidado”, mas afirma saber que “não é mãe de verdade” dos bebês, ou seja, mesmo exercendo uma função materna é consciente de que esses bebês não são seus filhos de fato e reconhece a importância dos cuidados para o desenvolvimento deles que se encontram em acolhimento institucional, privados do contato com suas mães biológicas.

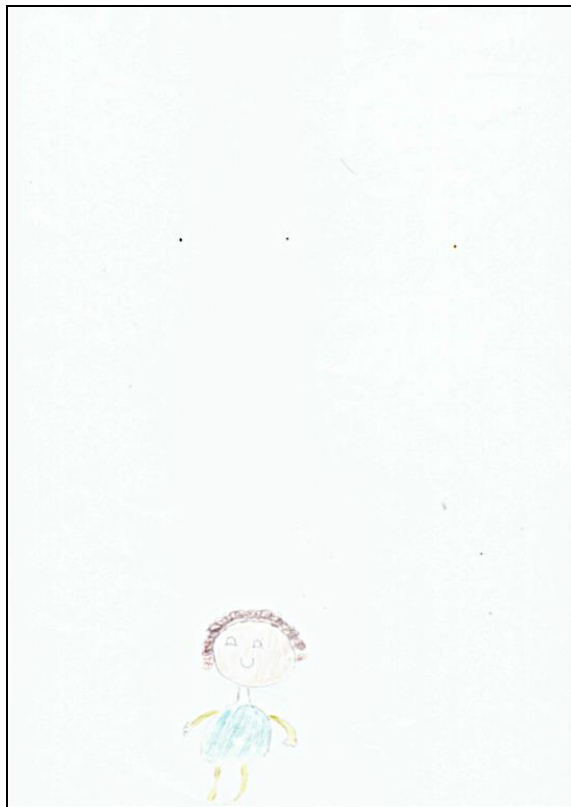
Quanto a possibilidade da reintegração da criança na família biológica, a educadora refere não imaginar, pois para ela a criança acolhida sofreu muito com as famílias e, assim, deseja que seja adotada por uma família substituta que possa exercer os cuidados e amá-la, apontando um futuro melhor para a criança se for junto à uma família adotiva, inserida em um outro seio familiar.

É possível observar que a educadora social não considera o abrigo um bom lugar para o desenvolvimento das crianças, visto que diz: “A palavra que define a saída daqui é a esperança, porque começa uma nova vida, com família carinhosa que tenha o desejo de cuidar, isso é amor. O amor faz acontecer, pode mudar tudo, inclusive a história de uma criança!”.

Quanto ao desenho, observa-se que os braços do bebê desenhado são curtos, as pernas são grandes, assim como a cabeça, em que coloca em evidência a cor azul nos olhos e o amarelo nos cabelos. Há presença do umbigo que pode remeter ao início da vida.

Representa no desenho e na estória o modo como a criança chegou no abrigo “bem debilitada, não conseguia nem se mexer”. O desenho remete não a um bebê, mas a uma criança mais velha, que possui mais recursos para lidar com determinadas questões, ao contrário de um bebê que depende totalmente de cuidados e presença de um adulto.

Desenho-Estória 8: Não há dinheiro que pague ver o desenvolvimento dos bebês



Deus, eu sou péssima para desenhar... Vamos lá! Um bebê...

É um bebê da casa. Eu vejo ela assim. Chegou aqui com um olhar mais parado, acho que foi devido as várias internações que ela teve, ter sido deixada no hospital logo que nasceu e ter passado um mês internada depois de seu nascimento. Hoje ela está se desenvolvendo melhor a cada dia, já senta, está até querendo falar. Não há dinheiro que pague ver o desenvolvimento dos bebês daqui. (Está me dizendo que é uma criança que vem se desenvolvendo com o passar dos dias. Fale-me sobre o que pensa que essa criança sente, deseja). Acho que ela gostaria muito de uma família, um lar e sente falta disso, porque aqui a gente não consegue dar todo o amor e atenção que eles precisam, são muitos. Agatha Sophia é o nome dela, aquela fofura que eu dei inalação. Sei que tem uma pessoa querendo adotar ela, mas essa mulher não está preparada pra adotar, na minha visão, e de todos da casa também. Quando avisaram que a Agatha ia receber a visita, a gente deu banho, deixou ela cheirosinha, toda linda com uma roupinha rosa e ficamos lá fora esperando a mulher chegar. Ela veio,

chegou, mas não quis ficar com a Agatha, foi embora em cinco minutos. Peço a Deus pessoas boas no caminho dela. Ela é muito risonha, um encanto. (Está me contando que a Agatha recebeu algumas visitas, mas aqui não consideram que essa pessoa está apta para ser mãe. E para você, o que é ser mãe, o que é a maternidade?) Ai gente, para ser mãe precisa de muito amor, é um complemento da vida da gente, a dor é insuportável pra eles virem ao mundo no parto, mas ver o bebê é uma alegria muito grande. Uma mãe para a Agatha tinha que ter o coração muito aberto, pra amar e cuidar dela como ela merece e estabelecer um vínculo com ela. (Conte-me um pouco sobre como seria se a Agatha não fosse uma criança do abrigo). Se tivesse sempre em uma família, seria totalmente diferente, vejo com meus filhos o cuidado que tive com cada um deles, cada um precisa de um cuidado, de atenção diferente. Ela precisa de um lar de amor, de compreensão das qualidades e referências dela. (Pode me falar mais sobre a referências e qualidades dela?) A referência é o olhar que pede atenção, carinho, até o choro dela eu conheço, e as qualidades é que ela é muito amorosa, meiga. (E um futuro para a Agatha, como seria?) Desejo pra ela uma vida de estudo, de sucesso, mas que saiba de sua história. A gente sabe que, às vezes, pode acontecer de quem adotar ter medo de falar que a criança foi adotada. É triste, mas ela tem o direito de saber da história dela. Ela vai superar a rejeição. Vejo ela uma médica, Doutora Agatha! Os técnicos aqui falam que não podemos nos apegar porque eles vão embora, mas não tem como. Aqui eu sinto gratidão por cuidar. Antes não sabia lidar quando eles iam embora. Cheguei até a ficar doente, mas hoje eu sei e desejo que eles saiam daqui e recebam o amor e cuidado que merecem.

Análise

A participante 8 escolhe representar uma criança do abrigo, como outras educadoras sociais. O desenho não possui uma contextualização do que o bebê estaria fazendo, mas há a presença de um corpo, detalhes e uma base. O desenho, assim como de outras educadoras sociais, remete a uma criança mais velha, apontando possivelmente para mecanismos de defesa frente a angústia ou perdas referentes aos cuidados com bebês em situação de acolhimento institucional.

Na narrativa a educadora social retoma o histórico de internações que a criança teve e como está se desenvolvendo após sua chegada ao abrigo, conseguindo progredir cada dia mais, mas não parece associar isso especificamente aos cuidados que oferta a bebê. Em vários momentos cita o nome da criança e menciona características subjetivas e carinhosas, o que demonstra afeto em seu exercício profissional.

A participante 8 aponta ainda que no abrigo não é possível dar tudo aquilo que as crianças precisam para se desenvolverem de forma saudável, ou seja, não são somente os cuidados higienistas importantes para o bebê, porém, quando se trata de acolhimento institucional, como mencionado anteriormente, é preciso compreender que há um elevado número de acolhidos para poucas profissionais, o que não contribui para uma boa oferta de cuidados e afetos, implicando portanto no processo de vinculação.

Refere ter um vínculo forte com a bebê representada, que até o choro da criança consegue reconhecer. Marca a importância de respeitar as singularidades de cada um, mencionando que cada bebê precisa de uma coisa diferente, passando a fazer relação com os cuidados que teve com seus filhos.

Sobre a possibilidade de adoção da criança desenhada, mostra-se bastante indignada em relação à primeira visita de uma pretendente a ela. Considera que a mulher que fez visitas para a criança não foi adequada para exercer os cuidados e a maternidade, marcando seu incômodo ao dizer: “Quando avisaram que a Agatha ia receber a visita, a gente deu banho, deixou ela cheirosinha, toda linda com uma roupinha rosa, e ficamos lá fora esperando a mulher chegar, ela veio, chegou, mas não quis ficar com a Agatha, foi embora em cinco minutos”.

Expressa seu desejo da criança encontrar uma família que a reconheça e a compreenda em suas qualidades, como citados pela participante 8: “A referência é o olhar que pede atenção, carinho [...], e as qualidades é que ela é muito amorosa, meiga”.

A educadora social menciona que a instituição solicita que as educadoras não se apeguem às crianças, pois o acolhimento é um medida protetiva e provisória. Em seu discurso revela que no início teve muitas dificuldades de compreender a saída das crianças, ficando até doente, mas hoje pede para que elas saiam e encontrem uma família substituta, não expressando desejo de

reconstituição familiar. Fica claro que para ela é necessário vincular-se às crianças para exercer um bom cuidado e prover desenvolvimento aos bebês.

Desejar um futuro melhor para a criança, que encontre uma família que a faça “apagar” os sofrimentos e abandonos vividos pela criança. Deseja que a criança seja uma doutora, médica, e que saiba sobre seu histórico de vida, mencionando ser um direito o conhecimento das experiências passadas, acreditando que a criança irá superar as dificuldades em relação ao abandono sofrido.

Desenho-Estória 9: Ele sofreu, e eu sofri junto

Não me leve a mal, mas não sei desenhar! Me perdoa, sou péssima no desenho. Nossa... Não sei desenhar! Davi Lucas que estou desenhando, nunca mais trouxeram ele aqui pra eu ver, chorei tanto, menina... Terminei!

Ele chegou aqui muito doente, teve várias internações, sofreu muito, e eu chorei muito, sofri junto com ele. Quando falaram que ele ia ser adotado eu chorei (ao contar, chora). Tenho saudade dele, tenho amor por todos, mas ele eu sofri muito. Queria ter notícias dele, sobre o desenvolvimento. Gostava de cuidar dele, era como meu filho. No abrigo, a gente cuida, mas com uma família é melhor, recebe mais amor. Aqui são muitos, não temos muito tempo. Às vezes, até falam aqui que eu quero ser mãe dos bebês, mas sei separar, eu só acredito que eles precisam de afeto e quando dá tempo precisamos dar amor, cuidar. (Está me dizendo que o Davi Lucas é uma criança que sente saudades e que, às vezes, te dizem que quer ser mãe dos bebês. Fale-me um pouco sobre o que é a maternidade para você). A maternidade é muito importante, não é só colocar no mundo, precisa cuidar, amar. Estou até pensando quando minha filha do meio crescer, ela é a única menina, muito amorosa, quero que ela seja minha amiga, companheira. Eu sou rígida, mas quero a amizade, o vínculo que espero ter é saudável, de amor. Meus filhos vieram aqui uma vez e disseram que eu sou mais legal aqui do que em casa, mas é porque em casa eles são maiores, precisam ter mais regras, porque em casa é diferente, são meus filhos mesmo.

Eu engravidei com 21 anos, e meu pai ficou muito bravo comigo, eu era a preferida. Com meus filhos eu também fico em cima, estudo junto com eles, converso bastante, estou sempre do lado. Minha relação com meus pais é ótima, tenho com a minha filha a relação que tenho com meus pais. Eu acho que a família é tudo. (Está me contando sobre seus filhos, sua família. Conte-me um pouco sobre a família do Davi Lucas). Eu acho que a família do Davi Lucas é muito atenciosa, cheia de amor, e ele está muito feliz. Ele sempre desejou e sentia falta de uma família, não só ele, mas todos os bebês que passam por aqui. É muito triste não ter uma família, não ser cuidado, amado. Só queria ver ele. As pessoas veem o abrigo como negativo, mas é porque tem lugar que bate nas crianças, essas coisas, mas aqui não, e eles não deixam a gente ter contato com a criança depois que sai daqui também, só se os pais adotivos trouxerem. A maioria das pessoas que trabalham comigo não gostam de mim, mas não me importo, minha prioridade é as crianças, cuidar delas. Não faço questão de amizade, acho que pela minha criação, meus pais nunca me incentivaram a ter amizades. Enquanto o Davi Lucas estava aqui, ele chorava muito, mas interagia com os outros bebês, teve amizade, formou vínculos, mas ele desejava mais carinho e afeto, um lar! Algumas crianças ficam com a família biológica, mas, às vezes, é melhor estarem aqui, porque tem cada caso por aí, de pai que estupra filha, coisas horríveis. (Está me contando que, às vezes, a família biológica não é uma boa opção para ficar com a criança. Conte um pouco sobre como seria se o Davi Lucas não fosse uma criança do abrigo). Se o Davi Lucas sempre tivesse em uma família que cuidasse e amasse ele de verdade, ele poderia não sofrer as crises respiratórias. Eu imagino ele um doutor quando ele crescer, espero um dia encontrar ele. Fiquei emocionada! Se eu sair daqui vou sofrer muito, gosto muito de cuidar dos meus filhos do abrigo, sei que não são meus, mas amo muito. Ser educadora é ter responsabilidade, é ter amor, mas também sofremos com as histórias, mas é gratificante ver o desenvolvimento, ver eles encontrando uma família, como o Davi Lucas!

Análise

A educadora social desenha um bebê do abrigo, que disse ter amado muito como um filho, e relata partes reais de sua história, como ele chegou e quais eram as suas necessidades. Assim, não conta uma estória sobre o bebê,

mas dá ênfase em acontecimentos de sua vida pessoal, como a relação com os filhos e os conflitos que permeiam sua atuação profissional.

O desenho mostra um bebê aparentemente envolvido em um lençol que pode remeter a uma situação de conforto e acolhimento, e ser relacionado com a narrativa que propõe que esse bebê recebeu cuidados e afetos. Além disso, faz uso das cores vermelha (nos olhos), marrom (nas orelhas) e amarelo (no corpo), dando à criança um lugar especial para ela.

Em seu discurso coloca as relações com seus filhos semelhantes às relações que estabelece com os bebês acolhidos, considerando-os como seus “filhos do abrigo”, mas ao mesmo tempo aponta ter consciência de que os filhos biológicos são seus filhos reais e os o abrigo estão de passagem em sua vida. Marca a importância do afeto para o bom desenvolvimento da criança, o que já foi mencionado anteriormente nas histórias de outras educadoras sociais.

Em sua narrativa diz ter amor por todas as crianças, mas o bebê escolhido, em especial, a marcou muito. Refere seu sofrimento quando o infante chorava e também quando recebeu a notícia de que ele seria adotado, marcando sua forte vinculação e seu grande sofrimento diante do desacolhimento institucional, mesmo a criança sendo encaminhada à família substituta.

Para a participante 9, por vezes, o abrigo pode ser melhor do que estar inserida no seio de uma família biológica que não cuida adequadamente da criança, como pode ser visto quando diz: “No abrigo, a gente cuida, mas com uma família é melhor, recebe mais amor. Aqui são muitos, não temos muito tempo”, porém, também ressalta que é preciso mais que cuidados básicos e aponta que “eu só acredito que eles precisam de afeto e quando dá tempo precisamos dar amor, cuidar” evidenciando portanto, a importância do afeto para o desenvolvimento infantil.

A educadora social em suas narrativas demonstra acreditar que se a criança desenhada sempre tivesse sido cuidada por uma família amorosa, que cuidasse e a protegesse, poderia não sofrer de crises respiratórias, considerando, assim, que o quadro de crises respiratórias dos quais sofre, estão vinculados às questões do abandono materno biológico sofrido.

Para o futuro do bebê desenhado, a educadora o imagina como um doutor e marca o desejo de um dia reencontrá-lo.

A participante 9 acredita na importância do seu trabalho com as crianças.

Durante a aplicação do procedimento a educadora chora, expressando seu sofrimento e saudade do bebê representado.

5.2. Discussão dos principais aspectos

Neste capítulo será discutido os principais aspectos que surgiram nas narrativas das educadoras sociais, analisados a partir da abordagem psicanalítica.

Com o estudo das unidades do procedimento Desenho-Estórias com Tema e narrativas das educadoras sociais foi possível observar a presença do sentimento de perda e angústias comuns a maioria delas decorrentes dos cuidados às crianças acolhidas. A representação gráfica também apontou para aspectos que se repetiram e serão abordados no decorrer da discussão.

Inicialmente, foi solicitado que as profissionais fizessem o desenho de um bebê qualquer, porém algumas representaram graficamente crianças maiores. Nesse sentido, pode-se inferir que essa forma de representação é um mecanismo de defesa, visto que para elas, imaginariamente os bebês possuem menos recursos para compreender e ter autonomia frente a ausência materna que as crianças maiores.

Quanto às estórias, todas as educadoras sociais, falaram sobre a nomeação das crianças. Em algumas narrativas a nomeação foi de crianças que passaram ou estão vinculadas ao abrigo, e outras remeteram ao próprio filho, fazendo uma escolha de representar infantes que cuidaram e estabeleceram vínculos. Buscam crianças que conhecem, que podem ser nomeadas pelos seus próprios nomes, representando suas singularidades no meio que está inserido. Como pode ser visto nos relatos abaixo:

- E1. “Foi embora já vai fazer dois anos, chamava Maria Luíza”.
- E2. *“Fiz a Rebeca”.*
- E3. *“Desenhei o Brendo”.*
- E4. *“[...] o Guilherme”.*
- E5. *“Esse bebê do meu desenho chama Brendo [...]”.*
- E6. *“O bebê que eu desenhei tem o mesmo nome do meu filho, chama Vitor”.*
- E7. *“Essa é a Rebeca”.*
- E8. *“Agatha Sophia é o nome dela [...]”.*
- E9. *“Davi Lucas que estou desenhando [...]”.*

A atribuição e o ato de nomear as coisas e as pessoas é uma prática cultural que tem por finalidade a identificação. Na abordagem psicanalítica, dar nome é colocar o sujeito no campo do real, ou seja, marcar sua existência e, à partir disso, o nomear também possui função no que se refere à constituição

psíquica. Além do mais, esse processo também faz com que se tenha uma diferenciação entre os sujeitos, em que o nome ocupa também um lugar privilegiado no campo simbólico (MELO, 2013).

O sujeito depende impreterivelmente da linguagem para se constituir, e é a partir do campo simbólico externo já instituído que se torna capaz de se inscrever em um contexto. A ordem simbólica, nesse sentido é compreendida a partir da noção de um (grande) Outro como tesouro dos significantes (LACAN, 1960/1998).

O Outro, de acordo com Roudinesco e Plon (1998) é uma forma escrita que se utiliza para denominar um lugar simbólico, ou seja, um significante. Sendo que é a partir deste Outro, que na psicanálise, se diz na função da linguagem e que irá dar um lugar de existência para a criança.

Silva, Carvalho e Chatelard (2017) apontam que antes de haver uma constituição como sujeito, o *infans* recebe uma marca, ou seja, um nome que é atribuído pelo Outro. Em contrapartida, essa constituição de acordo com as autoras, aparenta ser o período em que a relação com o nome próprio precisa de uma posição, através do qual o sujeito realizará uma leitura sobre esta marca que lhe foi atribuída, ou seja, o nome carrega uma carga de desejo daquele o nomeou.

Como apontado pelas educadoras sociais em suas narrativas, as crianças chegam ao abrigo com nomes atribuídos por seus pais, ou, quando os pais não atribuíram o nome aos filhos, são os juízes que os fazem, porém, para as educadoras sociais, muitas das crianças recebem um novo nome carinhoso, as vezes, uma parte de seus próprios nomes ou um apelido.

Assim, foi presente nos discursos a atribuição de características subjetivas e apelidos, marcando o lugar em seus afetos, como pode ser visto em exemplos abaixo.

E1. “[...] chamava Maria Luíza. Ela tinha o cabelo enroladinho”.

E2. “[...] hoje ela pede colo, dá o bracinho para gente pegar”.

E3. “[...] Ele é uma luz [...] é uma criança incrível”.

E6. “[...] muito arteiro, corria para tudo quanto é lado”.

E8. “Agatha Sophia o nome dela, aquela fofura [...]”.

Chamar a criança por seu nome, falar sobre as qualidades é tirá-la da condição de 'coisa', e atribuir-lhes marcas que a tornarão um sujeito. Lacan (1998b) considera que o Nome Próprio é um significante, ou seja, é mais que um significado, em que há um entrelaçamento do campo simbólico com o campo imaginário e a atribuição de apelidos ou brincadeiras afetivas, feitas pelas educadoras sociais auxiliam na inserção do sujeito no meio social.

Outro aspecto importante observado nas suas narrativas referiram-se ao discurso das profissionais sobre os cuidados ofertados por elas aos bebês como específicos para o desenvolvimento dos infantes, e outras mencionaram que a equipe que atua na instituição é responsável e importante para a evolução dos acolhidos. Ressaltaram ainda que para o desenvolvimento saudável é preciso estar inserido em um seio familiar protetivo e amoroso, visto que no abrigo não é possível ofertar cuidados mais específicos, pois devem ser divididos para os muitos bebês ao mesmo tempo, como observamos nas literaturas sobre acolhimento institucional (HECHT; FABRÍCIO, 2009) em relação à alta rotatividade de bebês e funcionários, e o número elevado de crianças para poucas profissionais.

Foi possível observar que quando as educadoras sociais possuem tempo buscam dar mais atenção e afeto, como pode ser visto no relato dessa educadora:

E9: “[...] eu só acredito que eles precisam de afeto e quando dá tempo precisamos dar amor, cuidar”.

Nesse sentido, a educadora narra a importância de cuidar afetivamente dos bebês, e pode-se inferir que há presença de culpa quando não há possibilidade de realizar os cuidados adequados, o que condiz com as compreensões teóricas de Bowlby, Spitz, Winnicott e Lacan que apontam os cuidados e relações de vínculos importantes para o desenvolvimento infantil.

Winnicott (2014) em sua teoria aponta que quando um bebê é privado de ter contatos e trocas afetivas sofrerá perturbações no desenvolvimento emocional que serão revelados no futuro com dificuldades pessoais.

Bowlby (2004a) postula que a formação da personalidade é decorrente das interações que o bebê teve na primeira infância com as figuras de apego, normalmente, pai e mãe, porém, nos casos de institucionalização, o processo sofre mudanças, visto que não há uma figura de apego definida, havendo

também a possibilidade de terem dificuldades para reconhecer pessoas que possam exercer uma figura de apoio.

Quanto à atuação e significado de exercer a profissão de educadora social e as implicações da atuação no contexto da institucionalização, houve relatos que possibilitam observar o sofrimento de quando os bebês saem da instituição, evidenciando que a formação de vínculo com as crianças é fundamental para o desenvolvimento infantil, mas é sentido com dor pelas educadoras quando precisam romper essa ligação, como pode ser evidenciado em trechos retirados das histórias:

E1: *“Quando ela foi embora senti tristeza por não vê-la mais todos os dias[...].”*

E7: *“Sinto profunda tristeza por ver que aqui eles são abandonados, mas acaba acostumando ver tantas histórias e é preciso ter muita força porque as crianças ficam angustiadas e isso passa para gente”.*

E8: *“Antes não sabia lidar que eles iam embora, cheguei até ficar doente[...].”*

E9: *“Quando falaram que ele ia ser adotado eu chorei (chora)”.*

Nesse sentido, é importante que as rupturas sejam trabalhadas com essas profissionais, de modo a auxiliar no enfrentamento do processo de construção e perda de vínculos.

O exercício profissional dessas mulheres exige capacitação adequada, contato com rede de apoio e orientação de equipe técnica que compõe o quadro de serviço, além de ser recomendado que se tenha um espaço de escuta para compartilhamento de experiências, angústias, receios, afim de que em equipe, possíveis estratégias de enfrentamento sejam pensadas (BRASIL, 2009). Isso pode ser visto em alguns relatos das participantes da pesquisa em questão, como:

E5. *“As vezes as pessoas não acreditam no nosso trabalho, mas é importante. [...] Pra ser cuidadora é preciso mais do que gostar de criança [...].”*

E9. *“Ser educadora é ter responsabilidade, é ter amor, mas também sofremos com as histórias, mas é gratificante ver o desenvolvimento [...].”*

Ao mesmo tempo que a atuação é conflituosa e de difícil aceitação da ruptura vincular com a saída dos bebês do abrigo, expressaram felicidade pela

oportunidade de a saída proporcionar às crianças uma nova constituição de história de vida em um seio familiar, como apontado nas estórias abaixo:

E1. *“mas fiquei feliz por ter uma família para cuidar dela”.*

E5. *“Digo que os bebês do abrigo pra mim são como a chuva, passam um tempo e depois vai embora, e eu prefiro que seja assim porque a gente sabe que se ficam até os 18 anos, no dia é preciso dar tchau e isso é muito ruim, quero que eles se vão”.*

E8: *“hoje eu sei e desejo que eles saiam daqui e recebam o amor e cuidado que merecem”*

Nesse sentido, a concepção sobre a melhor saída dos bebês são divergentes. Gabatz (2016) aponta que há educadoras sociais que acreditam que as crianças deveriam estar com suas famílias, e que estas deveriam arcar com as responsabilidades e cuidados. Conforme os trechos abaixo:

E2. *“Queria que tivesse alguém da família de sangue para adotar.”*

No que se refere à tentativa de reinserção ou destituição do poder familiar, Peiter (2013), compreende que a destituição só deveria ocorrer em casos de extrema gravidade, apontando que a retirada de uma criança de seu seio e contexto familiar pode ser prejudicial para seu desenvolvimento.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), traz os direitos das crianças e adolescentes, e em seu artigo 23, define que “A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar” (BRASIL, 2009).

Martins Filho (2014, p.71 *apud* Gabatz, 2016, p.85) faz menções sobre a vivência no contexto familiar, mencionando que “viver em família é a melhor solução para a prevenção de distúrbios de desenvolvimento físico, emocional e cognitivo” da criança. Alguns relatos apontaram preferência de a criança ser colocada em um seio familiar substituto, como em:

E5. *“[...] dou graças a Deus que aqui não tivemos muitos casos em que as crianças voltaram para as famílias biológicas [...] se eu fosse juíza, nunca permitiria isso, porque se a família não quis, não cuidou, não têm motivos para voltar.”*

E7. *“Não imagino na família biológica [...]”.*

As cuidadoras sociais que apontam a família como melhor opção de saída do abrigo, estão na verdade referindo-se à família extensa, ou seja, familiares que possam oferecer suporte e cuidados adequados às crianças, porém, há

casos em que não se tem uma estrutura familiar e esse convívio é impossibilitado, levando então ao processo de colocação em família substituta.

Quanto à posição desfavorável e visão negativa do abrigo como espaço para propiciar o desenvolvimento infantil, as cuidadoras consideram que o mais adequado é ser inserido em um seio familiar que possibilite a formação e estabelecimento de vínculos duradouros (GABATZ, 2016).

Um fator importante que deve ser ressaltado e que foi mencionado nas narrativas é o direito da criança de saber sobre suas vivências. Nesse sentido, Szejer (1997) aponta que os bebês que passam por processo de institucionalização possuem direito de saber sobre sua verdadeira história, pois o desconhecimento da mesma pode acarretar em “buracos mentais” que podem desencadear sintomas.

Quando há busca pela adoção, um dos aspectos que se avalia é forma como os pais pretendem contar aos filhos sobre a história de vida, ou seja, como pensam em falar sobre suas origens biológicas e a adoção. É necessário que os dados biológicos da criança sejam a ela transmitidos, pois assim a criança também terá possibilidade de adotar novos pais. Além disso, quando a família substituta relata para a criança sua história biológica, ela pode passar a se estruturar de forma simbólica em suas vivências passadas, interiorizando a família que lhe abandonou (DOLTO, 1989 *apud* SHINE, 2005).

A revelação das vivências biológicas e anteriores à adoção é um direito da criança, mas mesmo que os pais não falem sobre o assunto, Dolto (1998) aponta que “o inconsciente sabe, mas se sua história verídica não for posta em palavras, a vida simbólica da criança estará em bases inseguras” (DOLTO, 1998, p.235, *apud* SHINE, 2005).

Outro aspecto presente nas narrativas foram questões acerca da formação de vínculos entre as educadoras sociais e os bebês, e também a proibição de manterem contato após a saída das crianças do abrigo. Sendo assim, é possível verificar que o trabalho com os bebês institucionalizados acarretam uma série de questões de ordem pessoal, emocional e estrutural que podem trazer impactos no cotidiano do exercício profissional.

Em alguns casos, o vínculo que foi estabelecido dentro da instituição permanece até hoje, como foi possível observar nas narrativas, porém, Gabatz (2016), aponta que a continuidade do vínculo pode acarretar em dificuldades no

exercício profissional, visto que pode trazer sofrimento para as educadoras e também para a criança. Sendo assim, tanto a educadora quanto a criança vivenciariam a formação e ruptura de vínculos diversas vezes, podendo gerar perdas compreendidas como processo de luto.

Nesse sentido, as relações de proximidade geram nas educadoras sociais e outros funcionários do abrigo um desejo de continuar o vínculo com as crianças. O ato de cuidar, não levando em conta apenas os cuidados higienistas, diz respeito à função materna, considerando que a partir dela é possível estabelecer uma relação afetiva (CORIAT; JERUSALINSKY, 1987, *apud* THEISEN, 2014).

A função materna é de fundamental importância para a constituição psíquica da criança e, para isso, é preciso que seja feito um investimento materno no início da vida do bebê, portanto, é necessário que a mãe, ou representante dessa função, esteja presente enquanto corpo físico e também esteja implicada com os cuidados higienistas, mas também de ordem psíquica e emocional, ou seja, a oferta de afeto e a inserção do bebê no campo da linguagem (SILVA, CARVALHO E CHATELARD, 2017).

Sendo assim, quando as educadoras sociais se colocam no lugar de mães, mas afirmam receber treinamentos e formações para compreender que não são mães, possuem consciência sobre a atuação o que pode ser interpretado como uma forma imaginária de lidar com a angústia que o trabalho com as crianças e suas histórias de perdas e rupturas lhes impõe.

Portanto, o ato de maternar os bebês que se encontram institucionalizados pode ser considerado uma medida de proteção para o desenvolvimento infantil, pois possibilita o recebimento de cuidados e carinho, o que minimiza os efeitos emocionais causados pela privação ou ausência de cuidados maternos (HECHT; FABRÍCIO, 2009).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das narrativas e desenhos das educadoras sociais e da articulação destes com o aporte teórico dos autores psicanalíticos estudados, foi possível observar a importância das trocas afetivas e dos cuidados da maternagem para o desenvolvimento da primeira infância.

Crianças institucionalizadas ou destituídas de suas famílias vivenciam a ruptura na relação materno-infantil, as quais, muitas vezes, não têm a possibilidade de permanecer no seio familiar biológico, pois foram afastados em decorrência de situações de abandono, maus-tratos, negligência, abusos físicos e morais e, assim, seus pais ou responsáveis não se encontraram habilitados para cumprir a função materna e paterna de cuidados integrais e de qualidade.

As narrativas e o material gráfico possibilitaram a verificação das dificuldades que permeiam o contexto de atuação dessas profissionais, como a alta rotatividade de entrada e saída de crianças, assim como de funcionários, a dificuldade de lidar com a saída dos bebês, ou seja, o processo de vinculação e ruptura de vínculo e não reconhecimento da profissão. Ressaltando-se, principalmente, as angústias e o sofrimento das participantes a partir das razões que levam às crianças a serem institucionalizadas.

Evidenciou-se também, por meio da interpretação dos dados obtidos no procedimento de Desenho-Estória com Tema, que há divergências quanto à concepção das profissionais frente a colocação em família substituta ou reintegração familiar. A maioria das participantes considera o abrigo importante, visto que é uma medida protetiva para as crianças em situação de vulnerabilidade e risco por sofrerem negligência, maus tratos e violência.

A dificuldade de diferenciar a vida pessoal da vida profissional, foi parte da narrativa das educadoras sociais e outras profissionais participantes do estudo que se autodenominaram, em alguns desenhos-estórias, como “mães do abrigo”. Se por um lado, o sentimento da maternagem com os bebês acolhidos pode gerar confusões de papéis e sentimento de tristeza quando o bebê sai da instituição; por outro lado, evidencia-se o estabelecimento de vínculos entre as profissionais e os bebês acolhidos, sendo esses vínculos fundamentais para o desenvolvimento infantil saudável.

A análise dos dados obtidos favoreceu a compreensão de que o elevado número de acolhidos para poucas profissionais é uma questão que precisa ser repensada, uma vez que as educadoras sociais, por vezes, contaram sobre isso em suas histórias, justificando a não oferta de cuidados com qualidade em razão da falta de tempo e não por negligência ou falta de vontade.

Neste sentido, é importante que as políticas públicas referentes ao acolhimento institucional sejam repensadas tanto no que se refere ao número de acolhidos, como no sentido de se buscar intervenções que permitam escutar as educadoras sociais, possibilitando-lhes um espaço de elaboração de suas perdas e angústias, que impactam diretamente nos cuidados com os bebês.

O estudo permitiu compreender o imaginário e as fantasias das profissionais em relação aos bebês acolhidos, e a solução mágica de um futuro idealizado de sucesso, no qual as crianças superam as marcas e frustrações ocasionadas pelo abandono na primeira infância e da vivência no abrigo.

Outro aspecto importante que as narrativas e os desenhos permitiram observar foi que muitas das educadoras sociais, embora reconheçam que os bebês acolhidos não são seus filhos e que o cenário de atuação profissional é marcado por dor e sofrimento, imaginam um dia serem lembradas afetivamente pelos adultos que os bebês se tornarão, por terem desempenhado função materna na vida deles durante o período de institucionalização, o que indica que para além do reconhecimento profissional há a necessidade de um lugar de afeto.

Este trabalho de conclusão de curso permitiu obter dados para além dos objetivos propostos inicialmente, pois possibilitou observar a dinâmica da instituição e as dificuldades dos cuidados com as crianças abrigadas e, portanto, a necessidade de se repensar as políticas públicas voltadas para o acolhimento institucional de bebês, ampliando, desta forma, o conhecimento acerca da temática e evidenciando a necessidade de outras pesquisas sobre a relação das educadoras sociais com os bebês acolhidos e sua implicação no desenvolvimento destes na primeira infância.

REFERÊNCIAS

AVOGLIA, Hilda Rosa Capelão; SILVA, Andreia Maria da; MATTOS, Pammela Makarowits de. Educador social: Imagem e relações com crianças em situação de acolhimento institucional. **Rev. Mal-Estar Subj**, Fortaleza, v. 12, n. 1-2, p. 265-292, jun. 2012. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151861482012000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09 ago. 2017.

BIGATTI, Julia Carneiro. **Abuso sexual na infância**. 2017. 56 f. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Departamento de Direito, Universidade Federal Fluminense, Macaé, 2017. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/4987>>. Acesso em: 26 out. 2018.

BOWLBY, John. **Apego e Perda. Apego: a natureza do vínculo**. Trad. Álvaro Cabral. Vol. I. 3ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BOWLBY, John. **Cuidados maternos e saúde mental**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BOWLBY, J. **Apego e perda: separação, angústia e raiva**. Vol. 2. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004a. 515p.

BRASIL. Constituição (1979). Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, Câmara dos Deputados, Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF.

BRASIL. CONANDA; CNAS. Conselho Nacional dos Direitos da criança e do Adolescente. Conselho Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília, 2009. 105p. Disponível em: Acesso em: 15 out 2018.

BRUM, Evanisa Helena Maio de; SCHERMANN, Lígia. Vínculos iniciais e desenvolvimento infantil: abordagem teórica em situação de nascimento de risco. **Ciência & Saúde Coletiva**, Canoas, Rio Grande do Sul, v. 2, n. 9, p.457-467, jul. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v9n2/20399.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

CARDOSO, Ana Carolina Alifantis; VIVIAN, Aline Groff. Maternidade e Suas Vicissitudes: a importância do apoio social no desenvolvimento da díade mãe-bebê. **Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p.43-51, dez. 2017. Disponível em: <<http://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/134/139>>. Acesso em: 18 set. 2018.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2006. 176 p.

COUTO, Daniela Paula do. **O sujeito-criança: A constituição subjetiva graças aos pais e apesar deles**. 2014. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal de São João Del-rei, São João Del-rei, 2014. Disponível em: <<https://www.ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/ppgpsi/Publicacoes/Dissertacoes/DANIELA%20PAULA%20DO%20COUTO.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2018.

Coppolillo, H. (1990). *Psicoterapia psicodinâmica de crianças*. Porto Alegre: Artes Médicas.

DIAS, Mara. S. de L.; SILVA, Rosana S. B. da (2012). "O histórico da institucionalização de crianças e adolescentes". In: **Ciência e Cultura**. Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência versão On-line. Curitiba. n. 45, pp. 177-188.

Entre o singular e o coletivo: o acolhimento de bebês em abrigos. Fernanda Nogueira (org.). São Paulo: Instituto Fazendo História, 2011. Disponível em: www.fazendohistoria.org.br. Acesso em: 18. Set. 2018.

FALEIROS, V. P. & Faleiros, E. S. (2008). Uma visão histórica da violência contra crianças e adolescentes. In V. P. Faleiros & E. S. Faleiros (Eds.), *Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes* (pp. 15-26). Brasília, DF: Ministério da Educação.

FARIA, M. R. (1998) *Introdução à psicanálise de crianças: o lugar dos pais*. São Paulo: Hacker.

FÁVERO, Eunice Teresinha; VITALE, Maria Amália Faller; BAPTISTA, Myrian Veras. **Família de crianças e adolescentes abrigados: Quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam**. São Paulo: Paulus, 2008, p. 15, 17, 18.

FERREIRA, Alana Azevedo Coutinho et al. Avaliação Psicológica Forense no Contexto da Adoção Nacional, Internacional e em Pares. **Psicologia.pt**, Olinda, v. 1, n. 1, p.1-20, out. 2017. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1128.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2018.

FREUD, S. (2004a). À Guisa de Introdução ao Narcisismo. In S. Freud. *Obras psicológicas de Sigmund Freud - Escritos sobre a psicologia do inconsciente* (Vol. 1, pp. 95-131). Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1914).

GABATZ, Ruth Irmgard BÄrtschi. **FORMAÇÃO DE VÍNCULOS E INTERAÇÃO ENTRE CUIDADORES E CRIANÇAS EM UM ABRIGO**. 2016. 217 f. Tese (Doutorado) - Curso de Enfermagem, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016. Disponível em: <[https://wp.ufpel.edu.br/pgenfermagem/files/2017/03/TESE-Ruth-Irmgard B%C3%A4rtschi-Gabatz.pdf](https://wp.ufpel.edu.br/pgenfermagem/files/2017/03/TESE-Ruth-Irmgard-B%C3%A4rtschi-Gabatz.pdf)>. Acesso em: 15 out. 2018.

GARCIA-ROZA, L. A. (2004). *Freud e o inconsciente* (20a ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

GOLIN, Gabriela; BENETTI, Silvia Pereira da Cruz. Acolhimento Precoce e o Vínculo na Institucionalização. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, v. 29, n. 3, p.241-248, jul. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v29n3/v29n3a01.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

GRADVOHL, Silvia Mayumi Obana; OSIS, Maria José Duarte; MAKUCH, Maria Yolanda. Maternidade e formas de maternagem desde a idade média à atualidade. **Pensando fam.**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 55-62, jun. 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2014000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 maio 2018.

HECHT, Bruna; FABRÍCIO, Rebeca Pereira da Silva. Crianças Institucionalizadas: A *Construção Psíquica a partir da Privação dos Vínculos Maternos*. **Psicologia.com.pt - O portal dos Psicólogos**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Faculdade de Psicologia (Porto Alegre, RS, Brasil). 2009. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0199.pdf>>. Acesso em: 28. fev. 2017.

JERUSALINSKY, A. (2001). *Por que as estruturas psicopatológicas na infância são não decididas?* Seminários I. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, Lugar de Vida.

JERUSALINSKY, A. (2008). As estruturas clínicas na infância. *Revista da APPOA*, 35, 126-142.

LACAN, Jacques. (1960). *Subversão do sujeito e dialética do sujeito no inconsciente freudiano*. Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. (1998b). De nossos antecedentes. In J. Lacan. *Escritos*. (pp. 69-76). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

LACAN, J. (1998d). O estágio do espelho como formador da função do *eu* tal como nos é revelada na experiência psicanalítica. In J. Lacan. *Escritos*. (pp. 96-103). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1949).

LACAN, J. (2008a). Análise e verdade ou o fechamento do inconsciente. In J. Lacan. *Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. (pp. 135-145). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1964).

LOPES, Bruna Maria Rodrigues et al. LIGA DE CORES: Relatos sobre direito à história da criança no contexto do acolhimento institucional. *Revista de Psicologia*, Fortaleza, v. 7, n. 1, p.224-231, jun, 2016.

MACHADO, Mônica Sperb; SCOTT, Juliano Beck; SIQUEIRA, Aline Cardoso. Crianças institucionalizadas e suas famílias de origem: as imagens sociais e seus reflexos na garantia de direitos. **Revista Brasileira de Iniciação Científica**, Itapetinga, v. 3, n. 6, p.91-111, ago. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.itp.ifsp.edu.br/index.php/IC/article/view/460/459>>. Acesso em: 10 out. 2018.

MARCÍLIO, M.L. (1997). A roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil colonial: 1726-1950. Em: Freitas. M. (Org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez.

MELO, Nairana Marczeski de. **Nome próprio**: marcas de um sujeito. 2013. 37 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Departamento de Humanidades e Educação, – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2013. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/1632/NOME%20PR%20C3%93PRIO%20-%20marca%20de%20um%20sujeito.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 17 out. 2018.

MIELI, Paola. *Sobre as manipulações irreversíveis do corpo e outros textos psicanalíticos*. Rio de Janeiro: Contra Capa/Corpo Freudiano do Rio de Janeiro, 2002. 96 p. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psyche/v11n20/v11n20a15.pdf>. Acesso em: 16 out. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURA, Gabriella Garcia; AMORIM, Kátia Souza. A (IN)VISIBILIDADE DOS BEBÊS NA DISCUSSÃO SOBRE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 18, n. 2, p.235-245, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/2871/287128992005/>>. Acesso em: 28 mar. 2018.

OLIVEIRA, Jordana de; BARROS, Solange Moraes de. A institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil: algumas considerações sobre este problema. **Revista Simbiótica**, Espírito Santo, v. 3, n. 1, p.1-17, jun. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/viewFile/14615/10252>>. Acesso em: 02 out. 2018.

OLIVEIRA, Maria A D. A neuro-psico-sociologia do abandono/mau trato familiar. In: AZAMBUJA, Maria R. F.; SILVEIRA, M. V.; BRUNO, D. D. Infância em família um compromisso de todos. Porto Alegre: Instituto Brasileiro de Direito de Família, 2004. p. 286 - 287.

OLIVEIRA, Sônia Leite de. **A importância da construção de vínculos afetivos para o desenvolvimento integral da criança**. 2014. 43 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

PATIAS, Naiana Dapieve; SIQUEIRA, Aline Cardoso; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Imagens sociais de crianças e adolescentes institucionalizados e suas famílias. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p.1-11, maio 2015. Disponível em: <<http://submission.scielo.br/index.php/psoc/article/view/131636/10145>>. Acesso em: 10 out. 2018.

PEITER, C. **Adoção**: vínculos e rupturas: do abrigo à família adotiva. 1ª ed. 1ª reimp. São Paulo: Zagodoni Editora, 2013. 128p.

PEREIRA, A.K; AZAMBUJA, M.R.F. de. História e Legislação da adoção no Brasil. In: COMIN, F. S; PEREIRA, A. K; NUNES, M. L. T. (Org). **Adoção: legislação, cenários e práticas**. 1. ed. São Paulo: Vetor, 2015.

Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.

POLEY, Frederico Martins Ferreira. Crianças e adolescentes em abrigos: uma regionalização para Minas Gerais. In *Revista Serviço Social & Sociedade*. n. 117 São Paulo jan./mar. 2014.

Presidência da República; Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, 2006.

PRUDENCIATTI, Shaday M.; TAVANO, Liliam D'Aquino; NEME, Carmen Maria Bueno. O Desenho: Estória na atenção psicológica a crianças na fase pré - cirúrgica. **Bol. - Acad. Paul. Psicol.**, São Paulo , v. 33, n. 85, p. 276-291, dez. 2013. Disponível em:<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415711X2013000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 set. 2018.

RAPPAPORT, Clara Regina; FIORI, Wagner da Rocha; HERZBERG, Eliana. **A infância inicial: O bebê e sua mãe**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 2003. 90 p.

ROUDINESCO, Elisabeth, 1944- Dicionário de Psicanálise/ Elisabeth Roudinesco, Michel Plon; tradução Vera Ribeiro, Lucy Magalhães; supervisão da editora brasileira Marco Antonio Coutinho Jorge. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como ordem simbólica. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 11-28, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010365642004000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 Maio 2017.

SCORTEGAGNA, Silvana Alba et al . O processo interativo mãe-bebê pré-termo. **Psic**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 61-70, dez. 2005. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167673142005000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 abr. 2017.

SILVA, E. R. A. e AQUINO, L. M. C. Os abrigos para crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária. Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise. Brasília, Ipea, n. 11, 2005.

SILVA, Livia Campos e; CARVALHO, Isalena Santos; CHATELARD, Daniela Scheinkman. Considerações sobre a noção de nome próprio em Lacan: entre o significante e a letra. **Cad. Psicanál. (cprj)**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 36, p.161-174, jun. 2017. Disponível em: <http://cprj.com.br/imagenscadernos/caderno36_pdf/9_Consideracoes-sobre-a-nocao-de-nome-proprio-em-Lacan.pdf>. Acesso em: 17 out. 2018.

SILVA, Rodrigo. Sinnott.; PORTO, Mariza.Cristina. A Importância da Interação Mãe-Bebê. **Ensaios Cienc.**, Cienc. Biol. Agrar. Saúde, v.20, n.2, p. 73-78, 2016. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/26743781-A-importancia-da-interacao-mae-bebe-the-importance-of-mother-infant-interaction.html>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

SHINE, Sidney. **Avaliação psicológica e lei: adoção, vitimização, separação conjugal, dano psíquico e outros temas.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. 1 v.

SPITZ, R. A. (1979). "**O Primeiro ano de Vida: um estudo psicanalítico do desenvolvimento normal e anômalo das relações objetais**". Trad. Erothildes Millan Barros da Rocha. Revisão Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Martins Fontes.

SPITZ, René de A. (1983). **O primeiro ano de vida: um estudo psicanalítico do desenvolvimento normal e anômalo das relações objetais.** São Paulo: Martins Fontes.

SPITZ, René A.. **O primeiro ano de vida.** 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 390 p.

SZEJER, M. (1994). Uma psicanalista dirige-se aos recém-nascidos. Boletim Informativo ABREP, 2 (2), 1-5.

TEIXEIRA, Paulo André Sousa; VILLACHAN-LYRA, Pompéia. SENTIDOS DE DESACOLHIMENTO DE MÃES SOCIAIS DOS SISTEMAS DE CASAS LARES. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 27, n. 1, p.199-210, set. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v27n1/1807-0310-psoc-27-01-00199.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

TRINCA, W. (org.). (1997) **Formas de Investigação Clínica em Psicologia**. São Paulo: Vetor, 1997, cap. I, p. 28.

TRINCA, A. M. T. (2003) **A intervenção terapêutica breve e a pré-cirúrgica infantil**. São Paulo: Vetor.

THEISEN, Ana Paula. **A FUNÇÃO MATERNA NA CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA**. 2014. 45 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Dhe - Departamento de Humanidades e Educação, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Santa Rosa, 2014. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2894/ANA%20PAULA%20THEISEN%20TCC%20FINAL.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26 out. 2018.

VAISBERG, Tânia Maria José Aiello; AMBROSIO, Fabiana Follador e. Rabiscando Desenhos-Estórias com Tema: pesquisa psicanalítica de imaginários coletivos. In: VECTORE, Célia; CARVALHO, Cíntia. Um olhar sobre o abrigo: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (abrapee)**, Uberlândia, v. 2, n. 12, p.441-449, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v12n2/v12n2a15.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2017.

ZORNIG, Sílvia Maria Abu-Jamra. Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. **Tempo psicanal.**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p. 453-470, jun. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010148382010000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 out. 2018.

WINNICOTT, D. W. (1969). O uso de um objeto e relacionamento através de identificações. Em: **O brincar e a realidade**. (pp. 121-131). Rio de Janeiro: Imago.

WINNICOTT, D.W. (1979) - **O ambiente e os processos de maturação**. Ed Artes Médicas Sul, Ltda, Porto Alegre, RS, 1979.

WINNICOTT, D. W. **Natureza humana**. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

WINNICOTT, D. W. **A criança e o seu mundo**. 6. ed. reimp. Rio de Janeiro: LTC, 2014. 270p.

APÊNDICE A

Eixos Temáticos

A ordem será alterada conforme a narrativa da educadora.

1. Quem é o bebê desenhado

A partir da estória contada, aprofundar a narrativa inicial: o que o bebê está pensando e sentindo, onde ele está, o que está fazendo, quem cuida desse bebê.

Se houver outros na cena, o que eles estão fazendo, pensando e sentindo, o que sentem pelo bebê e o que o bebê sente por eles.

Mãe do bebê: Quem é a mãe desse bebê, como ela é, que sentimentos têm pelo bebê, suas demandas.

A família do bebê: Quem é importante para o bebê, o que o bebê deseja, o nome do bebê, seu significado e quem o escolheu e por quê, e tudo que surgir desta primeira narrativa.

2. Maternidade

O que pensa sobre a maternidade: a partir da estória, indagar como é a maternidade para a mãe daquele bebê, ou para qualquer pessoa que esteja presente na estória exercendo função materna. O que significa ter um filho para ela.

Em relação a educadora: dirigir a pergunta a ela – E para você, o que é ser mãe? Se tiver filhos, o que lembra de quando os filhos eram bebês.

3. Relação com os bebês acolhidos

Nova narrativa, caso o primeiro bebê não tenha sido um bebê acolhido.

Se esse bebê que você contou essa estória, por algum motivo, fosse um bebê acolhido, ou se esse bebê não fosse acolhido e vivesse na família...

Descrever os bebês que são acolhidos.

A partir da estória contada, aprofundar a narrativa sequencial e retomar tudo da primeira narrativa: o que o bebê está pensando e sentindo, onde ele está, o que está fazendo.

Se houver outros na cena, o que eles estão fazendo, pensando e sentindo, o que sentem pelo bebê e o que o bebê sente por eles.

Mãe do bebê: quem é a mãe/ família desse bebê, como ela é, que sentimentos tem pelo bebê, suas demandas.

A família do bebê: quem é importante para o bebê, o que o bebê deseja.

Quem cuida desse bebê: que sentimentos nutre por ele, como é cuidar dele, e tudo o que surgir desta narrativa.

4. Saída do bebê do abrigo/ futuro do bebê

Qual futuro acredita que os bebês acolhidos têm e como será (terceira narrativa), quando voltam para as famílias, quando vão para a adoção.